



XIII Confaser

Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência
Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil

Extensão Rural e Cidadania

ANAIS do XIII CONFASER

Extensão Rural e Cidadania

Guarapari/ES - 2018

ANAIS - XIII CONFASER

26 a 30 de Novembro de 2018
Guarapari - ES

COORDENAÇÃO COLEGIADA EXECUTIVA NACIONAL 2015.108

TITULARES

NOME	CARGO / FUNÇÃO	ENTIDADE / ESTADO
Carlos José de Carvalho	Coordenador Geral	AFA/PR
Adolfo Brás Sunderhus	Coordenador Executivo	ASSIN/ES
Carlos Alberto Vilela	Coordenador de Comunicação	SINTAPE/PE
Gilmar Brunetto	Coordenador de relações Institucionais	SINTERP/MT
Jonas Tadeu	Coordenador de formação sindical	SINTER/PB
Oswaldo Guadagnin	Coordenador Financeiro	ASAE/RS
Raimundo Ribeiro	Coordenador de ATER	ASSEMPA/PA

SUPLENTES

NOME	CARGO / FUNÇÃO	ENTIDADE / ESTADO
Iria Rekziegel Schreiber	Coordenador	ASAE/RS
Jeovano Xavier	Coordenador	SINDIAGRI/GO
José Agostinho Rodrigues	Coordenador	SEATER/RO
José Gilson Alves	Coordenador	SINTER/PB
Juliano Porsch	Coordenador	ASAE/RS
Maria Cristina Bougleux	Coordenador	AFERJ/RJ

COORDENADORES REGIONAIS TITULARES

NOME	CARGO / FUNÇÃO	REGIÃO / ENTIDADE
Ecarlos Carneiro	Coordenador	Centro -Oeste /ASSER-DF
João Alves Moura	Coordenador	Nordeste /ASSEMA-RN
José Néviton de Mello	Coordenador	Nordeste /SINTER-SE
Cliff Pugett	Coordenador	Norte /STAFPA-PA
Hélio Martins	Coordenador	Sudeste/AFERJ-RJ
Lucia Moraes Kinceler	Coordenador	Sul/FAPER-SC

COORDENADORES REGIONAIS - SUPLENTES

NOME	CARGO / FUNÇÃO	REGIÃO/ENTIDADE
Mauro Cesar Rodrigues	Coordenador	Centro - Oeste/SINDIAGRI-GO
Lázaro Sabino	Coordenador	Nordeste/SINTER-PI
Luiz de Sousa Filho	Coordenador	Nordeste/SINTAPE-PE
Luiz Vieira Régis	Coordenador	Norte/ASSEMPA-PA
Marcio Luiz Moreira Clemente	Coordenador	Sudeste /AFERJ-RJ
Giovane Rigon Vielmo	Coordenador	Sul/ASAE-RS

CONSELHO FISCAL

TITULARES

NOME	CARGO / FUNÇÃO	ENTIDADE/ESTADO
Manoel Saraiva Marques	Conselheiro	SINTAPE-PE
Carlos Xavier	Conselheiro	SEATER-RO
Fávia Rejane Nogueira	Conselheira	SINTAPE-PE

SUPLENTES

NOME	CARGO / FUNÇÃO	ENTIDADE/ESTADO
Cícero Fernandes	Conselheiro	ASSEMA-RN
Ambrosina Nascimento	Conselheiro	ASSEMPA-PA
José Nilton Lacerda	Conselheira	ASSER-DF

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIII CONFASER

NOME	ENTIDADE/ESTADO
Adolfo Brás Sunderhus	FASER
Carlos José de Carvalho	FASER
Eros Marion Mussoi	UFSC
Jorge Tavares	UFRPE
Sônia Bergamasco	UNICAMP
Marcus Peixoto	Senado Federal
Samir Amin Seródio Rangel	ASSIN
Iran Caetano Milanez	ASSIN
Dirceu Antonio Godinho - Lela	ASSIN
Renata Lourenço Setubal	ASSIN
Aliana Simões Pereira	INCAPER
Carlos Augusto Carvalho - Black	SINTER-MG
Janya Aparecida de Paula Costa	SINTER-MG
Liliana Mendes	Assessora Comunicação - SINTER MG

REFLEXÃO

“O destino da terra e da humanidade coincidem: ou nos salvamos juntos ou sucumbimos juntos. E desta vez não haverá uma arca de Noé que salva a alguns e deixa perecer os demais”.

Teólogo Boff

Priorizar a ATER e a Pesquisa pública oficial e estadual para agricultura familiar e camponesa, mostra que o Estado esta comprometido com sua dimensão social econômica e ambiental, com sua inserção no mercado, com a produção de alimentos saudáveis e com a segurança alimentar e nutricional das famílias da roça e da cidade e com os trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa Pública Oficial e Estatal do Brasil.

62 anos. Esta marca cravada no tempo da Extensão Rural em todo o Brasil foi possível graças a determinação e o compromisso dos trabalhadores e trabalhadoras que dia a dia estão junto a família rural, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento sustentável do meio rural, que se expressam: a) pelo compromisso de prestação de serviço de qualidade vencendo, nos dias de hoje, o descompromisso do Estado em relação a quantidade de servidores junto aos agricultores familiares; b) pelo aumento da produtividade e da produção final; c) pela implantação e fortalecimento de organizações sociais e de representação dos agricultores familiares; d) na abertura e consolidação de canais de comercialização e novos mercados como feiras livres, venda direta aos consumidores e inserção nos programas de compra governamental; e) na formação e qualificação dos agricultores e de sua família através de metodologias próprias; f) no atendimento a diversidade dos arranjos produtivos e da multifuncionalidade da unidade de produção; g) na transformação dos alimentos pela agroindústria familiar; h) na implantação e fortalecimento de uma matriz para produção de alimentos com base agroecologia e orgânica; i) nos processos de inovação tecnológica e pesquisa científica apropriada ao ambiente e aos ecossistemas da unidade de produção; j) na discussão e implantação de tecnologias sociais com valorização do saber e do conhecimento da família rural e com a sucessão familiar; h) e na geração de renda e de serviços.

Esta realidade vem sendo, a cada ano, mais demandada aos trabalhadores e trabalhadoras da ATER da Pesquisa e do Serviço Público Agrícola oficial e estadual. Novos passos. Novas oportunidades. Novas conquistas. Pensar em universalização da ATER e da pesquisa pública oficial e estadual sem dúvida é um passo gigantesco para o atendimento ao universo de agricultores e suas famílias. Todo o histórico de serviço público nestes 62 anos impõem ao governo a responsabilidade e a necessidade urgente do fortalecimento

das instituições oficiais de ATER e Pesquisa pública estadual, seja de natureza financeira, estrutural e de natureza de pessoal em suas diversas áreas, meio e finalística.

O Estado não pode ser cooperativo e nem ter reserva de mercado no atendimento a agricultura familiar, devendo respeitar todas as outras formas de ATER sejam elas por ONG'S, sindicatos ou pela iniciativa privada. No entanto desreconhecer a história e a grandeza desta política e deste serviço público é não querer reconhecer e enxergar os diferentes níveis de crescimento, desenvolvimento e de revolução local e regional, que se estabeleceram na vida social produtiva econômica e ambiental das famílias e de suas organizações de representação social no meio rural no Brasil por este serviço público.

Buscar diminuir, amputar e aniquilar a ação pública da ATER e da Pesquisa e de seus trabalhadores e trabalhadores junto aos agricultores e suas famílias e junto as suas organizações de representação, e tirar da sociedade, rural e urbana, o seu direito a um verdadeiro e pleno desenvolvimento sustentável aos olhos da história.

Retroceder a visões e tomada de atitudes que limitam e estreitam a ação destes trabalhadores e trabalhadores em seu compromisso público com a sociedade rural e da cidade, e tornar o Estado mínimo. Um retrocesso político e social, pois o Estado não pode ser mínimo, precisa ser gigante na prestação de serviços públicos de qualidade e em quantidade para atender a uma sociedade que cresce a uma velocidade gigantesca e somente a partir da ATER da Pesquisa e do Setor Público Agrícola oficial e estadual e que o Estado pode caminhar para alcançar este objetivo político no meio rural.

A FASER entende e defende que o Estado precisa, antes de propor mudanças, pensar junto com a sociedade, que tipo de política o cidadão quer para sua felicidade e para sua qualidade de vida, hoje e sempre.

MENSAGEM DA COORDENAÇÃO COLEGIADA EXECUTIVA NACIONAL GESTÃO 2016-2018

Resgatar a história dos trabalhadores e trabalhadoras da Assistência Técnica Extensão Rural e Pesquisa pública oficial e estadual realmente é um grande desafio. Este momento se reveste como de grande importância para que a FASER retome algumas memórias, juntar elementos, mesmos que fragmentados e, a partir de nossa linha do tempo deixamos gravado nestes Anais do XIII CONFASER parte dessa história de lutas, conquistas e vitórias.

A Organização dos Trabalhadores e Trabalhadoras da ATER da Pesquisa e do Setor Público Agrícola oficial e estadual do Brasil tem seu início através de suas entidades representativas, vindo a partir da retomada das lutas populares, após o intenso período da repressão que vivemos sobre o comando do governo militar.

Neste período reinicia as atividades nas organizações populares, e renasce então os sindicatos, associações, e os trabalhadores e trabalhadoras da ATER e do Setor Público Agrícola do Brasil também acompanham esse movimento, uma vez que a grande maioria das nossas entidades, sindicais e associativas que formam a base da Federação, nasce nos anos 70 e começo dos anos 80.

O curso da história continua e o processo avança. Em maio de 86, pela primeira vez representantes das Associações e Sindicatos dos Servidores do SIBRATER (na época) – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, reúnem-se em Brasília, onde deste ato político germina a semente que bem cuidada e regada ganha corpo. Nasce neste momento a FASER.

Em 28 de Novembro de 86, realiza em Salvador - BA o 1º ENEAS – Encontro Nacional das Associações dos Servidores do SIBRATER, que culminou com a fundação da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER, com a forte proposta de Luta unificada que atendesse as reivindicações e garantissem os Direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da Extensão Rural. Este mesmo evento de imediato define pela organização do 1º CONFASER, a ser realizado em Curitiba – PR, precisamente em outubro de 1987, definindo como

Tema Central “Uma Extensão Rural comprometida com os Pequenos Agricultores e a Reforma Agrária”

O CONFASER ao longo da história da FASER e de suas filiadas tornou-se um movimento político já consolidado como um marco para o crescimento sindical e político da categoria, sendo um momento de formação a partir da troca de experiências dos trabalhadores e trabalhadoras da Extensão Rural a partir de suas filiadas com base nos seus trabalhos, suas realidades e vivências práticas.

O CONFASER busca sempre elementos norteadores que a partir das discussões gerem propostas para elaboração dos Planos de Trabalho da FASER objetivando o fortalecimento de suas filiadas, do conjunto de sua categoria, através de proposições para construção de políticas públicas para o fortalecimento e sustentabilidade da Extensão Rural da Pesquisa e do Setor Público Agrícola Oficial e Estadual e da Agricultura Familiar e suas formas de representação.

Nesta edição o XIII CONFASER teve como proposta a partir do Tema Central “Extensão Rural e Cidadania” a discussão de um conjunto de Teses, divididas em dois Grupos, que originaram das experiências e dos Trabalhos da Extensão Rural, sendo:

Grupo 1 – A Ater e Pesquisa Pública Governamental como políticas de Estado e os Desafios para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades no Campo.

Grupo 2- Sindicalismo e Organização Social dos Trabalhadores no Contexto histórico na atual conjuntura política e seus desafios que se apresentam.

Esperamos que neste pequeno resgate histórico, complementado pelas narrativas, discussões e propostas dos Anais do XIII CONFASER, possamos compreender, resgatar e fortalecer nosso protagonismo, político e sindical, no processo de construção de políticas públicas para o Fortalecimento da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual, para promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, da Agricultura Familiar e pela Consolidação dos nossos Direitos.

LINHA DO TEMPO E HISTÓRICO DA FASER GESTÃO 2016-2018

Razão de ser da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER é a de organizar e representar as entidades filiadas em defesa dos interesses sociais econômicos e de fortalecimento do serviço público oficial estadual de ATER e Pesquisa para melhoria das condições de trabalho desta categoria e para o desenvolvimento rural sustentável de todos e todas que dele participam, tendo como foco os 25.000 trabalhadores e trabalhadoras, a agricultura familiar e camponesa do Brasil.

Historicamente desde a sua criação a FASER busca em suas ações proporcionar as suas filiadas e aos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual maior clareza do quanto às modificações sociais e sindicais vem ocorrendo, tanto no ambiente interno da Federação e de suas filiadas, quanto na conjuntura política em que todos e todas somos inseridos.

No ano de 1987 a inserção da extensão rural apresentava-se como confortável, com forte sustentabilidade financeira e politicamente amparada, apesar de que esta realidade já apontava possíveis problemas de estrangulamento no sistema.

A FASER fundada sem maiores pretensões políticas e por não gozar da mesma sustentabilidade financeira, administrativa e sindical (estávamos aprendendo no universo sindical e associativo) não permitia a sua direção mobilidade no território nacional, tendo em seu estatuto inicial, onde as funções a serem desempenhadas, apresentavam uma visão e uma ação onde o seu presidente tinha plenos poderes, em muitos momentos divergindo e se distanciando de sua função e papel orgânico a partir do Conselho Deliberativo, ou seja, apesar de ter um desenho participativo a prática que se apresentava era do forte poder exercido pelo seu presidente, sendo maior que a própria instância colegiada podendo, se assim o quisesse, suplantar a importância do Conselho, o que em muitos momentos fato este ocorrido.

Na década de 80 mais precisamente nos anos de 1988/99 um fato político provocou o desmonte da Embrater ao qual a FASER se posicionou contrária.

Este momento foi importante para que a Federação mostrasse a sua primeira e verdadeira luta com um posicionamento forte de sua coordenação colegiada e do conselho, defendendo sua contrariedade aos cortes de recursos federais da Extensão Rural e que imprimiam uma forte desestruturação a esta política pública de Estado.

Esta ação de natureza política da FASER apresenta-se de relevante importância, pois ficou evidente que as ações de ATER ficaram a mercê das vontades dos governos estaduais que, em função de sua vontade política ideológica e de seu grupo extinguiram, fundiram e transformaram a missão das instituições estaduais de ATER impondo uma redução drástica de seu quadro funcional em todos os níveis. Esta prática violenta e desmedida, causa de imediato um processo de ruptura das ações de ATER impedindo aos agricultores e agricultoras familiares e suas organizações sociais e de representação de terem acesso a esta significativa política pública como um instrumento de Estado para o fortalecimento da agricultura familiar e de sua sustentabilidade.

Este fato apesar de soar como contraditório, marca a importância política da Federação nos embates com o governo federal e estadual, em defesa da categoria destacando a importância pública da ATER enquanto política de Estado. Constitui-se como um marco de significativa importância política interna no âmbito da Federação provocando todas as suas filiadas da necessidade de se ter uma melhor estruturação financeira e administrativa da FASER capaz de agilizar e permitir a coordenação colegiada, diante das demandas que aumentam e de sua presença na medida certa, para interlocução pela defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual em todo o Brasil.

Estas realidades, desafios e oportunidades permitiram a FASER um aumento significativo de sua autoestima e do espírito sindical e de equipe, aprofundando-se em um processo de gestão colegiada para se constituir de forma definitiva num compromisso sindical e político defendido no VI CONFASER e deliberado por todos e todas que aí estavam presentes e participes do mesmo.

A gestão compartilhada ganha espaço e avança em importantes posições operacionais de natureza administrativa, financeira e política e ainda na representação da categoria no nível nacional, regional e estadual. Esta prática de gestão compartilhada e ampla e exaustivamente discutida em diferentes momentos e movimentos da Federação, sempre posta a críticas e sugestões. Neste sentido a FASER ganha um importante espaço político e social, em especial junto aos movimentos e organizações de natureza sindical e de defesa da agricultura familiar camponesa. Coloca de forma explícita e bem definida, o seu compromisso pela defesa de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e não excludente, cujo eixo orientador esta na defesa das lutas dos excluídos e oprimidos do Brasil, assumindo nesta medida a luta pelo estabelecimento do amplo exercício da cidadania.

Esta tomada de decisão coloca a Federação num escopo político que não tem mais volta, pois de forma coerente e assertiva assume e empenha-se na luta pela ampliação dos espaços democráticos de discussão e decisão de políticas públicas tendo estes reais e legítimo poder de deliberação e controle social das mesmas. Em tese a FASER defende em toda a sua história e neste XIII CONFASER a questão dos princípios do pleno exercício da cidadania da democracia e da participação consciente, a partir de sua base de filiadas, qualificando esta discussão junto aos segmentos tradicionalmente à margem das políticas públicas do Estado.

Historicamente este caminho se mantém firme e presente em todas as deliberações dos CONFASER'S refletindo estes propósitos para a Coordenação Colegiada Executiva Nacional, Conselho Deliberativo, Coordenadorias Regionais e suas Filiadas, imprimindo uma prática que busca fomentar e aprofundar os debates estabelecendo um processo de busca, avaliação e autocrítica sem negar e desvalorizar o passado, mas, sobretudo avançar a mais degraus para construir e constituir princípios, valores, conceitos e práticas, aprimorando posturas e comportamentos que permitam um maior engajamento e maior participação, em quantidade e em qualidade, com real participação, com envolvimento consciente e maduro da base da Federação na luta pelo fortalecimento e sustentabilidade da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual no Brasil.

Por isto a FASER reafirma no XIII CONFASER seu compromisso político de natureza sindical de lutar pela defesa dos direitos da categoria que representa e por um modelo de desenvolvimento rural sustentável com centralidade na luta e defesa dos direitos de todos e todas que fazem parte de sua categoria e para agricultura familiar do Brasil.

Desta forma o Artigo 1º do Estatuto define a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER, entidade sindical de grau superior, pessoa jurídica de direito privado, autônoma, constituída para fins de estudo, coordenação, proteção, defesa, representação legal da categoria Profissional dos Servidores e Empregados da Assistência Técnica, da Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil, esteja à categoria organizada ou não em entidades sindicais.

A FASER em seu parágrafo único do Art. 1º tem como princípio recolher, articular e expressar o conjunto de reivindicações e aspirações da categoria, visando à melhoria das condições de vida e trabalho de seus representados, a defesa da liberdade e autonomia do movimento sindical, o fortalecimento da participação democrática das classes trabalhadoras em suas relações com outras classes e setores da sociedade brasileira e com o Estado, bem como, coordenar as entidades a ela filiadas enquanto instituições sociais e políticas.

A FASER é composta pelos seguintes órgãos deliberativos e administrativos eleitos a cada três anos durante a realização do CONFASER:

- Congresso Nacional (CONFASER);
- Assembleia Geral;
- Conselho Deliberativo;
- Coordenação Colegiada Executiva Nacional;
- Coordenações Regionais;
- Conselho Fiscal.

A FASER apresenta a seguinte organização regional:

- 1.Região Nordeste: ASSEMA-RN; ASSEM-SE; ASSEMA-CE; ASSER-MA; ASSER-PE; SINDAGRO-AL; SINTAGRI-BA; SINTER-PB; SINTER-PI; SINTER-SE; SINTAPE-PE.
- 2.Região Norte: ASSER-TO; ASSE-AC; STAFPA-PA ; ASSEM-PA; SEATER-RO; SINTRASPA-AM.
- 3.Região Centro Oeste: ASSER-DF; ;SINDIAGRI-GO; SINTERPA-MS; SINTERP-MT.
- 4.Região Sul: ASAE-RS; FAPER-SC; AFA-PR.
- 5.Região Sudeste: ASSIM-ES; AFERJ-RJ; SINTER-MG.

Deve-se destacar que a ATER é uma política pública, prevista no art. 187 da Constituição Federal e em diversos outros dispositivos legais, e instituída pela Lei 12.188/2010, sendo este um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades produtivas e dos

serviços agropecuários inclusive das atividades florestais e artesanais”.

A federação inclui ainda a produção de tecnologias sustentáveis, a transformação dos alimentos através agroindústrias familiares, o agroturismo, o turismo rural e todo o saber e conhecimento dos povos da terra das águas e das florestas.

Neste viés a ATER e a Pesquisa pública oficial e estadual congregam trabalhadores e trabalhadoras cujo foco de trabalho é a Assistência Técnica a Extensão Rural a Pesquisa, o setor administrativo e de apoio. Seja no campo ou no escritório, promove interações do conhecimento científico com o conhecimento dos agricultores e agricultoras familiares, possibilitando aos mesmos o protagonismo da agricultura familiar e camponesa para acesso às políticas públicas. O objetivo é consolidar uma matriz comprometida com a produção sustentável de alimentos saudáveis e com a segurança alimentar e nutricional das famílias do campo e da cidade, com a redução da fome e com a capacidade de incrementar rendas e ocupação com sustentabilidade humana, social, econômica e ambiental.

Alguns desafios se apresentam marcantes para humanidade nos próximos 50 anos:

- 1.Consolidação da democracia;
- 2.Crescimento da população mundial;
- 3.Combate ao terrorismo e garantia da segurança pública;
- 4.Desenvolvimento de fontes de energia renováveis
- 5.Conservação dos recursos naturais água e solo;
- 6.Produção de alimentos e combate e redução da fome;
- 7.Preservação do meio ambiente;
- 8.Redução da pobreza;
- 9.Universalização da educação com sua adequação ao calendário rural;
- 10.Combate a doenças infectocontagiosas e às relacionadas à pobreza e falta de saneamento básico.

Observando atentamente vemos que, destes dez desafios, os últimos seis tem um forte viés com as ações de ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual que são desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras desta área. Ou seja, 60% destes desafios apresentam uma forte relação com esta política pública. No Brasil temos 40 milhões de pessoas que não têm acesso à água tratada e no meio rural são 21 milhões¹. No mundo temos 868 milhões de famintos e no Brasil 13,6 milhões². Em 2050 estimativas dão conta de que teremos 9,2 bilhões de pessoas no planeta o

que exige um aumento da produção de alimentos, com responsabilidade social e segurança alimentar.

Apesar de todo este quadro de desafios, evidencia-se uma série de oportunidades para o meio rural que somente serão consolidadas pela ação direta dos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública, as quais podemos citar:

- 1.Produção de alimentos orgânicos e agro ecológicos garantindo segurança alimentar e nutricional e uma alimentação saudável;
- 2.Conservação e preservação dos recursos naturais em especial água, solo e recuperação de nascentes;
- 3.Processo de educação a partir do conhecimento local e práticas convergentes pelas escolas da pedagogia da alternância;
- 4.Projetos estruturantes de transferência e geração de renda;
- 5.Construir espaços de diálogo para a sucessão familiar rural apostando na nova geração de agricultores e agricultoras familiares;
- 6.Atender ao mercado local e regional;
- 7.Diversificação da produção a partir da realidade da família e da demanda local e regional;
- 8.Ter um produto final – alimento vegetal e/ou animal e seus derivados, com qualidade e que demonstre o pertencimento e a identidade rural;
- 9.Apostar no diálogo constante com as novas oportunidades que de fazem presentes no meio rural como agroturismo, restaurantes, pousadas e outros;
- 10.Fazer este processo de mudança de comportamento a uma velocidade compatível com a transformação que se expressa na sociedade dentro de um mercado cada vez mais globalizado e competitivo;
- 11.Apostar e fortalecer as iniciativas de organizações produtivas como grupos formais e informais, associações, cooperativas, redes de produção e comercialização, venda direta ao consumidor;

Neste direcionamento temos marcos regulatórios favoráveis:

- 1.Constituição Federal;
- 2.Constituição Estadual;
- 3.Lei Orgânica Municipal;
- 4.Lei Ambiental;
- 5.Lei dos Orgânicos;
- 6.Lei da Agricultura Familiar;
- 7.Lei Geral de ATER;
- 8.Lei da ANATER;
- 9.LOSAN/PNSAN;
- 10.PNAPO e PNATER
- 11.Código Florestal;

¹Dados da Caritas e Funasa - www.caritas.org.br

² Dados da FAO - www.fao.org.br

12. ANATER;
13. Mercados institucionais – PNAE; PAA;
14. Plano Nacional de Habitação Rural;
15. Brasil sem miséria;
16. Educação no campo;
17. Política Nacional de P&D;
18. Programa Nacional de Reforma Agrária;
19. Energias alternativas;
20. Conferência nacional de ATER - 1ª e 2ª CNATER;
21. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Através das ações de ATER e de Pesquisa pública oficial e estadual comprometidas com a agricultura familiar podemos ter a certeza de que, no campo e na cidade, poderá ocorrer micro revoluções gerando inclusão social, produtiva e econômica com respeito ao meio ambiente, tendo como foco a sustentabilidade de todos e todas que deste processo participam.

A menos que tornemos possível mudar atitudes e comportamentos, um amanhã mais humano, justo e solidário não será possível, na roça e na cidade.

Quando entendida enquanto fenômeno proporciona elementos para reforçar as discussões do que é a ATER e a Pesquisa Pública oficial e estadual, pela sua persistência, crescimento e resiliência, de base social e tecnológica, deixando o caminho aberto para entendê-la enquanto movimento.

Estas discussões e deliberações expressas e deliberadas pela linha histórica dos CONFASER's fornecem os elementos necessários, a sociedade rural e urbana, que inspiram debates, reflexões e aprofundamentos com a capacidade de formar novos conhecimentos, conceitos, princípios e valores para entender a ATER Pesquisa pública oficial e estadual enquanto política pública para agricultura familiar pautado no fortalecimento e na sustentabilidade, entendendo-a como um movimento técnico, científico, circular e solidário.

Neste sentido ganha intensidade e corpo a luta e a busca dos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual na conquista de seus direitos e na busca por uma sociedade rural e urbana mais igual, justa e solidária, firmando-se enquanto uma resposta não provisória mais sustentável atendimento a agricultura familiar e as populações excluídas e mais vulneráveis do meio rural, tornado-os fortalecidos, independentes, capazes e protagonistas de sua história.

Com este propósito a FASER e suas filiadas desde 1987 promovem a cada três anos o CONFASER - Congresso Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do

Brasil que se expressa pela conjugação e agregação de esforços, de recursos e de conhecimentos, sendo este o evento máximo da categoria.

É um movimento histórico no âmbito da Federação e de suas filiadas já consolidado como o marco essencial para o crescimento político de todos e todas que destas entidades participam. Este evento proporciona os elementos norteadores para reforçar a razão de ser da FASER e as discussões do que é a ATER e a Pesquisa pública oficial estadual, suas persistência e resiliência enquanto política pública de Estado, para atendimento das necessidades da categoria, buscando melhoria econômica, das condições de trabalho e de qualidade de vida a todos e todas que dela fazem parte.

Assim a FASER reforça a sua ação sindical e de representação das suas filiadas tendo uma forte participação discutindo e propondo novos estudos e entendendo as expressões e as realidades regionais reafirmando a ATER e a Pesquisa pública oficial e estadual enquanto política pública estruturada a partir de encontros que vão se intensificando e se fortalecendo na perspectiva que visam construir parcerias com as representações dos agricultores e agricultoras familiares do Brasil e nos Estados (a partir de suas filiadas) levando ao Estado a possibilidade concreta de estabelecer visões e implantar políticas públicas com o viés de conceitos e princípios que estejam centrados na valorização do ser humano, dos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual, no saber e na criatividade dos agricultores e agricultoras familiares, privilegiando a realidade e a potencialidade local.

Para tanto a união de esforços, a partilha dos resultados, o protagonismo e a responsabilidade solidária de todos e todas diante das dificuldades e das oportunidades têm no CONFASER um marco histórico com o objetivo de debater, refletir, aprofundar e formar conhecimentos conceitos e valores capazes de gerar trabalho, produção e organização social e sindical para o fortalecimento desta política pública.

A cada jornada do CONFASER esta ação se intensifica, fortalecendo a Federação, suas filiadas e a todos e todas que dela participam e somente é possível pela ousadia e pela capacidade de reagir ao processo de desmonte que a ATER e a Pesquisa pública esta sendo submetida.

A linha histórica do CONFASER tem como centralidade o ser humano e a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras que ali se expressa e representa o coletivo maior da FASER em todos os municípios do Brasil.

ANO	TEMA CENTRAL	LOCAL DE REALIZAÇÃO
1987	Uma extensão rural comprometida com os pequenos agricultores e a reforma agrária	Curitiba
1989	Histórico da extensão rural	Brasília
1991	Reforma na extensão rural. Por quê? Para que? Para quem?	Fortaleza
1993	Terra Brasil! Como, onde e o que produz?	Belém
1995	Compromisso com a agricultura familiar	Brasília
1997	Extensão rural pública e gratuita para agricultura familiar	Guarapari
2000	Água vida agricultura e extensão rural	Rio Grande do Norte
2003	Segurança alimentar, fome zero, reforma agrária, cidadania no campo e meio ambiente	Caldas Novas
2006	Extensão rural para o eco desenvolvimento	Aracajú
2009	Por um Brasil rural e pesqueiro com gente feliz	Florianópolis
2012	Sustentabilidade da ATER pública: Brasil sem miséria	Olinda
2015	Extensão Rural e inclusão social	Bento Gonçalves
2018	Extensão Rural e Cidadania	Guarapari

O CONTEXTO POLÍTICO NO XIII CONFASER

O XIII CONFASER se realiza em um momento político que exige de cada um dos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial estadual, uma forte reflexão sobre as ações do Estado, dos governantes e dos gestores públicos.

Neste sentido este congresso nos chama a uma marcha unificada e propositiva pela apresentação e discussão de ideias tendo, os que dela aqui participam a necessidade de serem os reais protagonistas deste novo momento.

A FASER entende e defende como sua bandeira de luta que o serviço de ATER e a Pesquisa pública oficial estadual, devem fazer parte das ações estratégicas do governo Federal e dos Estados, uma vez que esta ação, enquanto política pública deve estar presente, em quantidade e qualidade, no dia a dia do agricultor familiar do Brasil.

O cenário atual não aponta nesta direção. Daí a necessidade de ampliar nossa interlocução crítica ao Estado no sentido do seu compromisso com o fortalecimento desta política pública. Mesmo que os atos políticos indiquem que estamos longe deste ideal, não podemos perder este foco e este objetivo.

Neste sentido a FASER em sua ação política e sindical intensifica suas ações em cada jornada do CONFASER, fortalecendo sua luta e representatividade na perspectiva de que os trabalhadores e trabalhadoras tenham cada vez mais a ousadia e a capacidade de reagir ao processo de desmonte a que esta sendo submetida a ATER e a Pesquisa pública oficial e estadual, a partir do golpe de 2015, com o acentuado declínio das políticas preconizadas pela PNATER e da I e II Conferencia Nacional de ATER e dos recursos para extensão rural assistência técnica e pesquisa agrícola oficial estadual do Brasil.

Precisamos entender o passado político e estabelecermos o dialogo com o futuro que esta posto, medindo o resultado das aspirações surgidas e conquistadas em todas as ações da Federação, a partir da linha do tempo do CONFASER, para procedermos a um movimento que mantenha o devido distanciamento político e ao mesmo tempo exercitando nosso papel e o nosso protagonismo enquanto entidade sindical e associativa e sobretudo na qualidade de trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial estatal.

A nova geração de trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual do Brasil, deve ter a ousadia e a capacidade de reagir ao processo de produção individualista, de enfraquecimento e desmonte, fortalecendo sua luta e seu propósito de que esta política pública tenha o ser humano como sua centralidade, o fortalecimento das organizações sindicais e sociais e a participação de todos e todas.

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL DO XIII CONFASER

O XIII CONFASER se expressa pela agregação de esforços, de recursos e de conhecimentos e esta consolidado como um marco para o crescimento político e fortalecimento das bandeiras de luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola Oficial e Estadual do Brasil.

É um momento político e de formação unindo toda a categoria a partir da troca de experiências tendo como objetivo discutir teses de relevância social, sindical e política, bem como propor o rumo que orientará as ações da FASER a partir da realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial estadual do Brasil.

O XIII CONFASER busca proporcionar os elementos norteadores para reforçar as discussões do que é a ATER e a Pesquisa pública agrícola oficial estadual do Brasil, sua persistência e resiliência enquanto política pública de Estado no atendimento às necessidades da categoria, proporcionando melhoria da qualidade de vida aos seus protagonistas e aos agricultores e agricultoras familiares do Brasil.

A FASER considera como elementos fundamentais para o sucesso do evento:

- 1.A união de esforços, capacidades e conhecimentos;
- 2.A partilha dos resultados deliberados - somos todas e todos protagonistas do evento;
- 3.A responsabilidade solidária de todas e todos diante das dificuldades e das oportunidades.

A FASER entende a ATER e a Pesquisa Pública Agrícola oficial estadual do Brasil como políticas públicas oferecidas à sociedade, do campo e da cidade, com objetivo de debater, refletir, aprofundar e formar conhecimentos, conceitos princípios e valores capazes de gerar novas oportunidades de trabalho e serviço, produção de alimentos saudáveis, organização social, mercado e comercialização, geração de renda, conservação e respeito ambiental.

Neste entendimento a FASER tem como centralidade o ser humano, o fortalecimento sindical e social de suas filiadas, com a participação de todas e todos. Este é o sentido do XIII CONFASER.

O XIII CONFASER teve sua organização consolidado a partir do CONFASER EXTRAORDINARIO realizado em CONFINS - MG em Novembro de 2017, conforme abaixo:

- 1.TEMA CENTRAL – EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA;
- 2.GRUPOS DE TESES;
 - 2.1-GRUPO I - A ATER E A PESQUISA PÚBLICA GOVERNAMENTAL COMO POLÍTICAS DE ESTADO E OS DESAFIOS PARA ERRADICAR A POBREZA E REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CAMPO;
 - 2.2-GRUPO II - SINDICALISMO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO HISTÓRICO, NA ATUAL CONJUNTURA E SEUS DESAFIOS.

O XIII CONFASER se expressa a partir do cotidiano dos trabalhos de ATER cujo foco é o trabalho de extensão rural, pesquisa e administração, seja no campo ou no escritório. Busca trazer as experiências, análises, desafios e “causos” que marcam o trabalho dia a dia, a ser apresentado, de forma simples e até mesmo coloquial, através de trabalhos escritos e/ou em posters, tendo como referencia as teses aprovadas pela FASER em suas instancias deliberativas: CONFASER Extraordinário e Conselho Deliberativo.

A FASER entende que os trabalhos devem trazer o jeito e forma de trabalhar dos trabalhadores e trabalhadoras na extensão rural, assistência e a pesquisa pública oficial e estadual do Brasil.

Há muitas histórias e estórias para contar revelando a cultura e sabedoria acumulada, bem como, os resultados que beneficiam com seu trabalho as famílias dos agricultores agricultoras familiares do Brasil. Este envolvimento é fundamental para o sucesso do XIII CONFASER por isso é importante a participação de cada uma de suas filiadas bem como uma relação integrada com as instituições oficiais de ATER e Pesquisa nos Estados esclarecendo, informando e motivando que seus filiados-associados/ servidores apresentem trabalhos, com o intuito de enriquecer esse Congresso.

NATUREZA E CONCEITO DA LOGO MARCA DO XIII CONFASER

A logo marca que conduziu a nossa inspiração durante todo o XIII CONFASER teve sua formação a partir de uma ação integrando a ASSIN a FASER e o Departamento de Comunicação e Marketing do Incaper.

Para sua produção foram estudados e observados os seguintes elementos: conceitos, cores e gênero.

Objetivando o conceito buscou a visão de pessoas unidas com conhecimento e gêneros diferentes para o desenvolvimento da ATER e da Agricultura.

- Cooperação;
- Sociedade;
- Coletivo;
- Troca de informações;
- União;
- Campo;
- Rural.

Buscando a representação de cores e gênero a inspiração levou aos seguintes elementos para esta composição:

- Azul - masculino (agricultor) – presente bandeira ES ;
- Rosa - feminino (agricultora) – presente bandeira ES;
- Verde - campo, agricultura, planta, conhecimento da agricultura, extensão rural, pesquisa – presente na bandeira do Brasil.

Desta forma foi construída a logo marca que inspirou e motivou a construção coletiva no XIII CONFASER realizado em Guarapari – ES no período de 26 a 30 de novembro de 2018.

PARTICIPANTES DO XIII CONFASER

O Congresso extraordinário realizado em CONFINS – MG definiu como público ao XIII CONFASER:

- 1- Representação do setor público agrícola do Brasil
 - Delegados e delegadas estaduais indicados pelas entidades filiadas a FASER de cada Estado;
 - Demais trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial estadual das entidades filiadas a FASER;
 - Secretaria de formação sindical da CUT nacional;
 - Universidade Federal do Espírito Santo e o Instituto Federal do Espírito Santo;
 - Escolas Famílias Agrícolas do Estado do Espírito Santo.

- 2- Convidados ao evento
 - CONDRAF;
 - CONTAG;
 - FETRAF's;
 - ANATER;
 - SEAD;
 - ASBRAER;
 - Entidades oficiais de ATER dos Estados desde que o representante indicado pela diretoria destas instituições seja trabalhador ou trabalhadora de carreira e no máximo 02 (dois) representantes.

PROGRAMAÇÃO OFICIAL DO XIII CONFASER

O XIII CONFASER terá como Tema Central EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA organizada em dois grupos de teses: A ATER E A PESQUISA PÚBLICA AGRÍCOLA COMO POLÍTICAS DE ESTADO e A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E SINDICAL DOS TRABALHADORES DE ATER.

O XIII CONFASER se expressa a partir do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras de ATER, cujo foco é o trabalho de extensão rural, pesquisa e administração, seja no campo ou no escritório.

Busca trazer as experiências, análises, desafios e “causos” que marcam o trabalho dia a dia, a ser apresentado, de forma simples e até mesmo coloquial.

O XIII CONFASER esta organizado em dois momentos:

GRUPO I - A Ater e a pesquisa agrícola pública governamental como políticas de estado e os desafios para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no campo.

GRUPO II - Sindicalismo e organização social dos trabalhadores da Ater no contexto histórico, na atual conjuntura e seus desafios.

Data - 26/11/2018 (Segunda-Feira)

10:00 - 18:00	Recepção das delegações e inscrições
16:00 - 17:30	Regimento Interno e Eleições - Discussão e aprovação do Regimento Interno do XIII CONFASER - Orientações gerais das eleições e indicação de fiscais pelos delegados XIII CONFASER
17:30 - 19:00	Jantar
19:30 - 20:30	Abertura oficial do XIII CONFASER - Apresentação cultural - Formação da mesa de abertura e fala de seus membros
20:30 - 21:30	Palestra Magna - EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA Palestrante: Prof. ^a Sonia Bergamasco - UNICAMP / Grupo Assessor FASER
21:30	Encaminhamentos e encerramento da solenidade de abertura do XIII CONFASER

Data - 27/11/2018 (Terça-Feira)

- 08:00 – 08:30 Abertura da seção de posters temáticos
- 08:30 – 12:00 GRUPO DE DISCUSSÕES DAS TESES DO GRUPO I E II
- Grupo I
- I.1- Estado da Arte da Extensão
- A FASER defende os sistemas oficiais de Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária enquanto instituição, de natureza diversificada, integrada, atuando com metodologias participativas, no estímulo as agriculturas sustentáveis, com recursos orçamentários suficientes para a constante ampliação de sua área de atuação, com planos de carreira estimulantes aos profissionais da ATER oficial.
- Facilitador (es):
- Prof. Eros Marion Mussoi – UFSC / Grupo Assessor FASER
Coordenador: Raimundo Ribeiro Nonato - ASSEMPA
- I.2- Cidadania – Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
- A FASER entende que a extensão rural e a pesquisa agrícola são instituições/políticas essenciais na garantia da produção e oferta de alimentos, em quantidade e qualidade para promoção da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da população.
- Facilitador (es):
- Leomar Lirio - representante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA/ES)
Jacinta Cristiana Barbosa - INCAPER
Coordenador: Nilceia Maria Pizza – Gerente de Segurança Alimentar e Nutricional SETADES
- I.4- Resultados da ATER pública na erradicação da pobreza, na redução das desigualdades sociais no campo e na sustentabilidade alimentar das cidades
- A ATER e a Pesquisa Agrícola Pública como instituições de Estado são fundamentais para a implementação de diversas políticas públicas voltadas para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no campo, devendo a FASER lutar para reafirmar esse papel à sociedade e aos poderes públicos.
- Facilitador (es):
- Prof. Wander Santos – IFES – Campus Vitória
Coordenadora: Mirian Fuckner – AFA - Paraná
- I.5- Sucessão Familiar para sustentabilidade da agricultura familiar
- A FASER deve empreender esforços no sentido de garantir políticas públicas que possibilitem oportunidades de trabalho e qualidade de vida aos jovens. Reconhece como exigência básica acessos a escolas onde se constroem competências, bem como, se ofereça infraestruturas e acesso à terra para que os jovens possam exercitar sua cidadania.
- Facilitador: Prof. Jorge Tavares – UFRPE / Grupo Assessor FASER
Coordenador: Idalgiso Monequi – MEPES / ES
- Grupo II
- II.4- Comunicação interna e externa para fortalecer a integração sindical
- A FASER e suas associadas necessitam desenvolver uma estratégia unificada e atual de comunicação corporativa voltada para os trabalhadores da extensão rural e pesquisa agrícola pública e para a sociedade
- Facilitador: Vera Lima Bolognini – Diretora da EFICAZ Comunicação.
Coordenador: Ronaldo Aquino – SINTER MG
- 12:30 – 14:00 Almoço
- 14:00 – 17:00 Retorno ao trabalho dos grupos de discussões das Teses do Grupo I e II
Formulação das conclusões, recomendações e síntese das Teses do Grupo I e II
- 17:00 – 19:00 Assembleia Geral – Eleição para o Triênio 2019-2021
- 17:30 – 19:00 Jantar

Data - 28/11/2018 (Quarta-Feira)

08:00 - 08:30	Abertura da seção de posters temáticos
08:30 - 12:00	<p>GRUPO DE DISCUSSÕES - PAINÉIS</p> <p>Painel I - Grupo I</p> <p>I.3- A falácia da crise fiscal e o desmonte da ATER pública</p> <p>A FASER entende que a propalada crise fiscal da União e estados tem sido utilizada pelos governantes para justificar o equívoco de retirada do Estado de seu papel de indutor do desenvolvimento. Desta forma, lutará contra o desmonte do sistema público oficial estadual de ATER e Pesquisa Agrícola, entendendo que este sistema é importante na promoção do desenvolvimento, através de viabilização de acesso a distintas políticas públicas, que gera redução das desigualdades sociais no campo.</p> <p>Facilitador (es):</p> <p>Carlos Alexandre Amorim Rocha - Consultor Legislativo do Senado Federal e Prof. Arlindo Villaschi – UFES</p> <p>Coordenador: Marcus Peixoto - IBGE / Grupo Assessor FASER</p> <p>Painel II - Grupo II</p> <p>II.1- Movimento sindical desafios e oportunidades para sua sustentabilidade</p> <p>A FASER defende que deve priorizar o trabalho de base, as formações associativistas, sindicais e intersindicais, primar pela comunicação dialógica nas alianças com movimentos populares da sociedade, na perspectiva da revitalização do sindicalismo e retomada do processo de ascensão das lutas sociais e de classes.</p> <p>Facilitador (es):</p> <p>Prof. Nildo Ouriques – UFSC</p> <p>Elisangela Araújo – Secretária de Formação da CUT</p> <p>Coordenador: José Claudio Fidelis – SINTER Paraíba</p> <p>Painel III – Grupo II</p> <p>II.2- As “reformas trabalhistas e previdenciárias” e seus impactos sobre a organização sindical, qualidade de vida e do trabalho</p> <p>A FASER luta por um movimento sindical de enfrentamento e resistência ao desmonte da Constituição brasileira e dos tratados de defesa e garantia dos direitos do trabalhador dos quais o Brasil é signatário.</p> <p>Facilitador (es): Maria Ilca Fernandes Siqueira - Assessora Jurídica do SINTER-MG</p> <p>Coordenador: Adailton de Melo – SINTAPE Pernambuco</p> <p>Painel IV – Grupo II</p> <p>II.3- Desafios da formação sindical, política e extensionista levando em consideração as características de gênero e geração</p> <p>A FASER entende da necessidade de repensar o modelo brasileiro de desenvolvimento, onde se privilegia o trabalho e assim oferecer formação que possibilite ao afiliado realizar análises de conjuntura fundamentada e também, que gere oportunidades de participação que garantam a equidade, na perspectiva de gênero e geração.</p> <p>Facilitador (es):</p> <p>Emanoel José Mendonça Sobrinho - Educador da Escola Sindical 7 de Outubro (CUT)</p> <p>Prof. Mauro Petersem Domingues - UFES</p> <p>Coordenador: Manoel Saraiva Marques - SINTAPE / PE</p>
12:30 - 14:00	Almoço
	Retorno ao trabalho dos painéis do Grupo I e II
14:00 - 17:30	Formulação das conclusões, recomendações e síntese dos painéis do Grupo I e II
17:30 - 19:00	Jantar

Data - 28/11/2018 (Quinta-Feira)

08:30 - 12:00	Plenária Geral XIII CONFASER <ul style="list-style-type: none">- Apresentação das sínteses das Teses do Grupo I e II- Aprovação pela plenária- Apresentação e aprovação de moções Coordenador: Samir Amim Rangel - Diretor Presidente ASSIN Apoio ao Coordenador: Raul Henrique Brianese - AFA / Paraná
12:30 - 13:30	Almoço
13:30 - 16:30	Plenária Geral XIII CONFASER <ul style="list-style-type: none">- Apresentação das sínteses dos Painéis- Aprovação pela plenária- Apresentação e aprovação de moções Coordenador: Prof. Jorge Tavares – UFRPE / Grupo Assessor FASER Apoio ao Coordenador: José Neviton de Melo – SINTER / SE
16:30 - 18:00	Posse da Coordenação Colegiada Executiva Nacional da FASER Coordenador Geral da FASER – Carlos José de Carvalho
18:00	Encerramento do XIII CONFASER Jantar

Data - 29/11/2018 (Sexta-Feira)

08:30 - 09:30	Café da Manhã Confraternização de despedida das delegações dos Estados
---------------	---

**CADERNO DE TESES
DO
XIII CONFASER**

EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA

GRUPO I

**A ATER E A PESQUISA AGRÍCOLA
PÚBLICA GOVERNAMENTAL COMO
POLÍTICAS DE ESTADO E OS DESAFIOS
PARA ERRADICAR A POBREZA E
REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CAMPO**

I.1 - ESTADO DA ARTE DA EXTENSÃO RURAL E DA PESQUISA AGRÍCOLA¹

A Extensão Rural representa uma das principais políticas públicas para o meio rural ao beneficiar toda a sociedade brasileira. Possui uma das maiores capilaridades de atuação no território nacional, somente as empresas oficiais de ATER possuem 5.295 unidades em todo o país, atendendo 2.062.256 beneficiários.

No entanto, a experiência brasileira possui uma perspectiva de transição a partir da análise crítica do modelo de desenvolvimento implantado, mas também por ajustes institucionais nas entidades. Estas transformações se dão especialmente em características jurídico-institucionais, método-pedagógico, de conteúdo técnico e de gestão social, mas também no surgimento de novos atores institucionais que ampliam as entidades de Ater, a partir dos finais da década de 80 de um conjunto importante de Organizações Não Governamentais-ONGs, e mais adiante de Cooperativas de Trabalho e Serviços em Ater, e de setores técnicos de Cooperativas de produção, fomentos agropecuários e setores técnicos de Prefeitura Municipais.

Mesmo com uma certa “padronização” institucional nas primeiras décadas, nos anos 80’ começam a acontecer algumas discontinuidades, primeiramente antecedidas e marcadas por transformações jurídico-institucionais (transformações de Associações em Ematers, com um significativo transtorno orçamentário, pela perda abrupta de características de “utilidade pública” que tinham as associações). Na seqüência, em meados dos anos 80’, a primeira extinção do órgão coordenador nacional (Embrater) no Governo Sarney, que foi revertida através de muita mobilização de movimentos sindicais de agricultores e mobilização legislativa. Posteriormente, no primeiro dia do Governo Collor, a extinção definitiva da Embrater, com todas suas conseqüências orçamentárias negativas para as entidades estaduais.

A retomada da participação do governo federal no

âmbito financeiro e técnico para a ATER esteve ligada à institucionalização da política de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar, que se deu a partir da metade da década de 90, com a criação do Pronaf (1995), da realização do Seminário de ATER, em 1997, criação do MDA (1999) e da posse do Presidente Lula em 2003.

A transferência de responsabilidade pela ATER do MAPA, para o MDA, através do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, impulsiona as ações de fomento a esta atividade, bem como dá indicativos do público a ser atendido, visto o Pronaf ser de competência do MDA. Da mesma forma, a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a participação de extensionistas, movimentos sociais e entidades governamentais, lançada em maio de 2004, amplia o status da ATER como compromisso político do governo federal.

Como decorrência disto, outras normativas e legislações foram formuladas², mas que não dão a segurança necessária ao Sistema. Entra-se num período crítico, no qual, apesar de existir uma política pública perfeitamente caracterizada, iniciam-se processos de precarizações; terceirizações de ações; PDVs-Programas de Demissão Voluntária sem a equivalente reposição de pessoal; extinção de entidades (caso Emater/Bahia); fusões arbitrárias e muito pouco discutidas; mudanças de regimes jurídicos que deixam as entidades sem a real garantia de sustentabilidade... ou seja, um claro DESMONTE DO SISTEMA e de ENTIDADES ESTADUAIS.

Fica claro, que a complexidade do Sistema Nacional que já não constitui o quadro “monocromático” das décadas de 60 e 70’, onde só havia a atuação de entidades oficiais (Acars). O quadro agora era e é, de uma incrível interinstitucionalidade, onde coabitam entidades oficiais,

¹Esta tese é sistematizada e apresentada pela FASER para o XIII CONFASER a partir da contribuição inicial de Juliano Pörsch.

²Como por exemplo: Portaria Ministerial nº 25, de 29 de março de 2006 institui o Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER); Lei 12.188, ou Lei de ATER, em 2010.

ONGs, Entidades Privadas e Organismos de Pesquisa dos mais diversos formatos, como a Embrapa “disputando” com as entidades de Pesquisa Estaduais, etc.

Referentemente às instituições oficiais de Extensão Rural, algumas modificações significativas podem ser apontadas: a integração interinstitucional com a Pesquisa Agropecuária que determina o surgimento (por fusão administrativa) de entidades que reúnem as duas dimensões (Pesquisa e Extensão); algumas experiências interessantes de maior descentralização institucional e de maior participação na gestão social das entidades, seja pelo corpo funcional das entidades, seja pela Sociedade representada. Por outro lado, também acontecem experiências que subjugam a dimensão Extensão Rural a outros setores institucionais ou mesmo que enquadram a Extensão Rural como um subsetor de Secretarias de Agricultura Estaduais, ou submetidos a entidades de pesquisa agropecuária, ou mesmo os processos de municipalização (“prefeiturização”) drásticos e pouco qualificados.

Por último, mas não menos importante para este

debate, aparece o evento novo que é a criação da Anater- Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; que, pelas análises, tem representado mais riscos do que oportunidades visto o retrocesso aparente ao modelo difusionista de relação Pesquisa-Extensão-Agricultores com o protagonismo absoluto da pesquisa como indutora do processo, mas também pela inclusão no seu público de “médios agricultores”. Outro ponto perfeitamente discutível é a composição do seu Conselho Gestor, onde de 11 representantes, somente 2 são da Agricultura Familiar.

É necessário salientar que a práxis extensionista não é estanque pelo pensamento dominante em cada período, no entanto, o pensamento dominante tende a influenciar grande parte das práticas para o caminho que este determina. Desta forma, torna-se oportuno ampliar a discussão sobre a ATER, este importante instrumento de educação não-formal que tem propiciado a melhoria da qualidade de vida no meio rural e urbano, mas que tem inúmeras deficiências que, se minimizadas ou corrigidas pode ampliar e melhorar sua ação e seus objetivos.

TESE: A FASER defende os sistemas oficiais de Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária enquanto instituição, de natureza diversificada, integrada, atuando com metodologias participativas, no estímulo as agriculturas sustentáveis, com recursos orçamentários suficientes para a constante ampliação de sua área de atuação, com planos de carreira estimulantes aos profissionais da ATER oficial.

I.2 - CIDADANIA – SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL¹

O conceito de segurança e soberania alimentar vem sendo construído no decorrer do tempo, tendo como base, os debates sobre direitos humanos. Ao contemplar as causas históricas da fome e sua relação com os padrões de desenvolvimento macroeconômico, duas variáveis sobressaem: os níveis de trabalho e salários vigentes na sociedade. Este debate abre uma perspectiva sociológica e humanitária, a qual mostra a complexidade cada vez maior do tema e possibilita uma discussão e seus possíveis desdobramentos, direcionando para ações fortalecedoras da produção alimentar diversificada e com qualidade em fluxos cada vez mais curtos dos canais de comercialização e abastecimento, bem como, a inclusão social nas diversas etapas do processos. Ressalte-se que as principais análises tiveram como foco o consumo alimentar, como elemento para a transformação social e a geração de renda.

A complexidade do tema, pois não pode ser caracterizado como uma questão de aumento de produção, mas sim, e principalmente, de acesso e de qualificação do alimento como produto social e não somente como mercadoria.

Na verdade, este tema no Brasil tem atenção desde o ano de 1946, quando Josué de Castro em seu livro “Geografia da Fome”, pauta o tema da Fome e seu combate, como questão fundamental para o desenvolvimento nacional.

Mais recentemente, campanhas (Campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, lançada em 1993) e iniciativas institucionais como a criação do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

e Nutricional, que aprimoram conceitos e ampliam espaços nas políticas públicas, embora ainda tímidas frente à magnitude do problema.

São cada vez mais claras algumas questões fundamentais no enfrentamento da crise alimentar, tais como: a) políticas públicas de fortalecimento da Agricultura Familiar, pela sua decisiva participação (responsável por praticamente 80% dos alimentos que compõem a cesta básica dos brasileiros); b) a necessária e urgente mudança do padrão de produção agrícola, (daquele baseado nos indicativos da Revolução Verde, com uso intenso de insumos químicos, para concepções mais sustentáveis e agroecológicas), no sentido oferecer alimentos de qualidade as pessoas e não os envenenar.

Os dados neste sentido, atingem níveis críticos, a ponto da própria Anvisa alertar para altos índices de consumo de agrotóxicos em diversos produtos que vão muito além do “aceitável”, e que o consumo de agrotóxicos per capita chega a 7,2 litros/habitante/ano, sendo o Brasil pentacampeão mundial do consumo de agrotóxicos.³

Ora, a importância do tema central que é Segurança e Soberania Alimentar, ressalta o papel fundamental da Agricultura Familiar neste processo e da necessária alteração radical dos processos produtivos em busca de agriculturas sempre mais sustentáveis e qualificadas ecologicamente, reservam à Extensão Rural e à Pesquisa Agropecuária papéis importantes, estratégicos e complementares.

Tese: A FASER, entende que a extensão rural e a pesquisa agrícola são instituições/políticas essenciais na garantia da produção e oferta de alimentos, em quantidade e qualidade para promoção da Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da população.

¹Esta tese é sistematizada e apresentada pela FASER para o XIII CONFASER, a partir da contribuição inicial de Manoel Saraiva.

² CONSEA define segurança alimentar e nutricional como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

³As preocupações relacionadas com a SAN-Segurança Alimentar e Nutricional, dizem respeito ao conjunto da população e não apenas ao contingente exposto à fome ou à desnutrição. A promoção da SAN, possui referências que lhes são inseparáveis, a saber: 1) Direito humano à alimentação adequada; 2) Soberania alimentar; 3) Relação com a promoção do desenvolvimento, 4) qualificação do alimento do ponto de vista da qualidade ecológica.

I.3 - FALÁCIA DA CRISE FISCAL E O DESMONTE DA ATER PÚBLICA¹

Atualmente tem-se falado muito da crise fiscal da União e dos estados e na necessidade de ações para solução da mesma. No contexto de recessão ou baixo crescimento econômico, governos têm ampliado a dívida pública como forma de financiar seus gastos e investimentos. Em 2015 foram pagos R\$ 530 bilhões e, em 2016, R\$ 407 bilhões somente de juros da dívida pública². A redução dos gastos públicos também tem sido defendida como solução para a crise. Entretanto, pouco ou nada se fala de outras ações fundamentais para que, numa situação de equilíbrio fiscal, o Estado cumpra sua função de indutor do desenvolvimento e promova a diminuição das desigualdades sociais. Na verdade, a crise fiscal possui causas e demanda outras soluções, que a seguir comentamos.

1) Segundo o Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ), que publicou um trabalho³ em seu site, sobre questões fiscais a carga tributária (que envolve dezenas de impostos e contribuições federais, estaduais e municipais) no Brasil é elevada (33% do PIB de 2016) e mal distribuída (69,2 % ficam com a União, 24,6 % com os estados, e 6,2% com os municípios). Mesmo quem tem baixa renda, por exemplo, paga muitos impostos, embutidos nos preços dos produtos e serviços que consome. Tributos sobre bens e serviços respondem por mais da metade do total (49,7%), seguidos pelos tributos sobre a folha de salários (25,8%) e sobre a renda (18,3%). Somados, eles responderam por 93,8% da carga tributária total. Portanto, é necessária uma reforma tributária que promova uma arrecadação fiscal mais eficiente e seja socialmente justa.

2) Um sistema tributário complexo, injusto e de difícil fiscalização estimula a sonegação fiscal. Conforme o Sinprofaz, a arrecadação tributária brasileira poderia se expandir em 23,2% caso fosse possível eliminar a evasão tributária cujo indicador médio para todos os tributos apontados no trabalho foi da ordem de 7,6% do PIB de 2016. A evasão tributária teria sido da ordem de R\$ 571,5 bilhões que, se tivessem sido arrecadados, poderiam reduzir a carga tributária em 30%, mantendo o mesmo

nível de arrecadação. Esses R\$ 571,5 bilhões estimados de sonegação tributária são praticamente equivalentes a 90% de tudo que foi arrecadado pelos estados e municípios juntos, estimados em R\$ 638,0 bilhões para o exercício de 2016.

3) A avaliação da carga tributária só pode ser feita levando-se em consideração os serviços públicos (saúde, educação, segurança, ATER, pesquisa, etc) e investimentos (infraestrutura: de transporte, saneamento, abastecimento de água, energia, comunicações, etc.) que o Estado “devolve” para a sociedade. Entretanto, as decisões de alocação pelos governos dos recursos arrecadados são de natureza política e tendem a favorecer os interesses de grupos dominantes, e não levam em consideração as necessidades da maioria dos cidadãos e a redução das desigualdades. Portanto, a sociedade, e a FASER em particular, deve acompanhar e intervir na construção dos orçamentos municipais, estaduais e federal, contra a má alocação dos recursos públicos, e vigiar o seu fiel cumprimento.

4) Há uma visão equivocada de que o Brasil tem muitos servidores públicos. Segundo estudo de 2010 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴

O total de servidores públicos (governos federal, estadual e municipal) no Brasil é bastante limitada em termos de tamanho (11-12%, incluindo empresas estatais) em comparação com os países membros da OCDE (22% em média), entretanto é mais cara para a economia (12% do PIB, um pouco acima da média da OCDE, e 28% de todos os custos de remuneração do conjunto de servidores na economia brasileira). Em anos recentes, o conjunto de servidores e empregados públicos tem se expandido para garantir melhorias no acesso aos serviços públicos e para superar as fraquezas da capacidade. “E como consequência, tornou-se também mais caro.”

Entretanto, a OCDE também explica que esse custo se deve “à escolha que têm sido feita de pagar relativamente bem os servidores públicos em posições essenciais para motivar seu compromisso e atrair e reter uma força de

¹Esta tese é sistematizada e apresentada pela FASER para o XIII CONFASER, a partir da contribuição inicial de Marcus Peixoto.

²<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/14/Quanto-o-governo-gastou-com-juros-nos-%C3%BAltimos-anos-e-qual-a-previs%C3%A3o-para-2017>

³<http://www.quantocustaobrasil.com.br/artigos/sonogacao-no-brasil%E2%80%9393uma-estimativa-do-desvio-da-arrecadacao-do-exercicio-de-2016>

⁴http://www.avozdocidadao.com.br/images/HR_Review_of_Brazil_2010.pdf

trabalho altamente qualificada”. Remunerar bem os servidores, não significa manter as distorções salariais existentes, como aqueles existentes entre o executivo, judiciário e legislativo ou mesmo entre trabalhadores federais, estaduais e municipais. É fundamental ter servidores em número adequado, fornecer a infraestrutura e recursos necessários à execução do seu trabalho, são condições essenciais para a sua valorização e a consequente prestação de serviços públicos que atendam às demandas da sociedade. O mesmo vale para a ATER e Pesquisa Agrícola pública e a crise fiscal não pode ser argumento para o sucateamento do sistema e a desvalorização dos seus servidores.

5) Outro fator que concorre para o agravamento da crise fiscal é a corrupção. Diversos estudos têm apontado que o custo da corrupção para o Brasil chega à casa de centenas de bilhões de reais, nas três esferas de governo (não esqueçamos que a corrupção também existe no setor privado, afetando também o seu desempenho) e podem atingir 2,3% do PIB⁵. O PIB per capita do Brasil subiria 30% sem corrupção, diz um estudo do FMI⁶. A corrupção assume diversas formas, desde desvio direto de alimentos da merenda escolar ou medicamentos de farmácias de postos de saúde até o favorecimento bilionário de grandes grupos econômicos com empréstimos generosos ou benefícios fiscais, ou favorecimento de empresários incompetentes por meio do perdão de dívidas milionárias. A ingerência política na gestão pública, pela nomeação de gestores incapazes cria um ambiente favorável à corrupção e a ineficiência.

Esses recursos fazem falta principalmente para os serviços públicos mais essenciais, como a ATER e Pesquisa Agrícola pública e por isso a FASER deve priorizar o combate à corrupção.

6) No Brasil é muito recente a preocupação com o monitoramento da implementação e a avaliação dos resultados das políticas públicas. Políticas públicas bem concebidas, integradas e executadas de forma coordenada são condição fundamental para a promoção do desenvolvimento, da redução das desigualdades e para a otimização do uso dos recursos públicos, contribuindo para amenizar a crise fiscal. A FASER deve se preocupar em discutir a importância no monitoramento e avaliação das políticas de ATER e Pesquisa Agrícola, a fim de demonstrar à sociedade e aos governos a sua importância no processo de desenvolvimento.

7) Em seu último relatório, de fevereiro de 2018, a Instituição Fiscal Independente (do Senado Federal) apontou que ao final de 2017, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG, composta basicamente pela dívida mobiliária do Tesouro, seguida das operações compromissadas do Banco Central), que compreende o Governo Central, Estados e municípios, e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), chegou a R\$ 4,85 trilhões (contra R\$ 3,928 trilhões, em 2015) o equivalente a 74,5% do PIB. O pagamento dos juros da dívida compromete a capacidade da União e dos estados em financiarem as políticas públicas, entre elas as de ATER e Pesquisa Agrícola, sendo fundamental a FASER compreender como se dá o processo de endividamento, que é o que propõe o site Auditoria Cidadã.

TESE - A FASER entende que a propalada crise fiscal da União e estados tem sido utilizada pelos governantes para justificar o equívoco de retirada do Estado de seu papel de indutor do desenvolvimento. Desta forma, lutará

⁵CAMPOS, Francisco de Assis Oliveira; PEREIRA, Ricardo A. de Castro. Corrupção e ineficiência no Brasil: Uma análise de equilíbrio geral. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 373-408, June 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612016000200373&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-416146244rpf>.

⁶<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1926931-pib-per-capita-do-brasil-subiria-30-sem-corrupcao-diz-estudo-do-fmi.shtml>

1.4 - OS RESULTADOS DA ATER PÚBLICA, NA ERRADICAÇÃO DA POBREZA, NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CAMPO E NA SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR DAS CIDADES.¹

O Brasil rural passou por grandes transformações a partir de meados do século XX. Nessa trajetória, a agricultura nacional, o serviço de assistência técnica e extensão rural, tiveram um papel preponderante, constituindo com o crédito rural e com a pesquisa oficial o tripé de políticas públicas que alavancaria as mudanças “necessárias” para a modernização da agricultura brasileira, que transformou o país em um grande produtor e exportador de bens primários, mas por outro lado, ampliou a exclusão social e provocou elevados impactos ambientais.

Na década de 1990, algumas políticas públicas foram implantadas a partir de forte pressão de movimentos dos trabalhadores rurais, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e do Programa Nacional de Educação em áreas de Reforma Agrária- PRONERA. É, no entanto, a partir de 2003, que se inicia ações governamentais, onde os temas de inclusão social e minimização da pobreza, ganham destaques. Seja, reforçando aquelas já existentes com a ampliação dos programas, citados anteriormente, ou incluindo estes assuntos em várias políticas públicas de forma explícita. Neste contexto e na perspectiva do fortalecimento da agricultura familiar, foram instituídas no período de 2003 a 2013 várias políticas públicas, como as Leis:

- no 10.831, de 23 de dezembro de 20032 (Produtos Orgânicos);
- nº10.696, de 2 de julho de 20033(Programa de Aquisição de Alimentos-PAA);
- nº 11.326, de 24 de julho de 20064 (Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais);

- nº 11.947, de 16 de junho de 20095 (Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE);
- nº 12.188, de 11 de janeiro de 20106 (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER);
- nº 12.651, de 25 de maio de 20127 (Código Florestal Brasileiro);
- nº 12.897, de 18 de dezembro de 20138 (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-ANATER), e
- Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PNAPO).

Mas, com as profundas transformações políticas ocorrido em 2016, que entre outras medidas tem-se a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e posterior criação da Secretaria Especial Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário registram-se um retrocesso em várias políticas, que sinalizam para outra concepção de desenvolvimento, de estado, bem como, impactando negativamente naquelas conquistas favoráveis a inclusão e erradicação da pobreza. É necessário reconquistar os espaços, sendo preciso políticas públicas para uma agricultura familiar que é forte e reconhecida por sua importância no Brasil, e por uma extensão rural comprometida com o desenvolvimento rural sustentável. O foco central de suas ações deve ser as populações rurais mais vulneráveis, promover a soberania alimentar, a inclusão social e econômica, a preservação ambiental e da biodiversidade.

TESE: A ATER e a Pesquisa Agrícola Pública como instituições de Estado são fundamentais para a implementação de diversas políticas públicas voltadas para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no campo, devendo a FASER lutar para reafirmar esse papel à sociedade e aos poderes públicos.

¹Esta tese é sistematizada e apresentada pela FASER para o XIII CONFASER, a partir da contribuição inicial de Raimundo Ribeiro.

²http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm

³ http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/12188.htm

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12651.htm

⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12897.htm

I.5 - SUCESSÃO FAMILIAR PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR.¹

O Brasil conta com 5,2 milhões de estabelecimentos rurais dos quais 4,3 milhões da agricultura familiar. A população rural segundo o Censo Demográfico de 2010 era de 29.830.007 o equivalente a 6 pessoas por estabelecimento agropecuário. A população rural vem diminuindo ano a ano. De 1980 a 2010 a população rural se reduziu de 39 milhões de pessoas para 29,8 milhões, uma migração no período de 9,2 milhões de pessoas. Predominou entre os que migraram jovens de 15 a 29 anos de idade.

Em todo o mundo, a migração interna e externa é uma preocupação mundial. A FAO/ONU estima que em 2015, havia 244 milhões de migrantes internacionais, 40% a mais que em 2000. Em 2013 foi estimado em 763 milhões o número de pessoas que se deslocam dentro das fronteiras nacionais, o que significa que existem mais migrantes internos que migrantes internacionais. A partir dos anos 1990, vem ocorrendo um deslocamento populacional principalmente na faixa etária de 15 a 24 anos sem envolver o deslocamento de toda a família, mantendo muitas vezes a unidade de produção familiar sem sucessores.

A “situação de invisibilidade” a que está sujeito a juventude rural se configura numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que dessa forma esses jovens não se tornam sujeitos de direitos sociais e alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão. Nesse contexto, esse segmento da população aparece como um setor extremamente fragilizado de nossa sociedade. Enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental. Até que essa inclusão ocorra, o que se têm são situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem os grupos de jovens rurais, sem chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas. O atual “estado de coisas” implica negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para a juventude do meio rural. O problema é tão preocupante

que em 2017 a FAO escolheu para o dia 16 de outubro, o Dia Mundial da Alimentação, com o tema: Mudar o futuro da migração - Investir em segurança alimentar e desenvolvimento rural.

Por isso que a ONU, em 2015, lançou uma de agenda, intitulada “**Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**”, consiste de uma Declaração, Acordada pelos 193 Estados-membros da ONU, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e uma renovada parceria mundial, além de um mecanismo para avaliação e acompanhamento. Um dos objetivos destaca que a educação deve ser uma Educação de qualidade, assegurando que esta seja inclusiva e equitativa e de qualidade, e deve promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Por outro lado, recomenda o foco de atuação das políticas públicas em pequenas cidades e na agricultura familiar. Reconhecendo, nestes dois pontos, potencial para se avançar na inclusão de jovens e mulheres no processo de desenvolvimento, porém, para isso é importante acesso à terra, tecnologia, infraestrutura e aproveitamento de atividades não agrícola, como instrumentos geradores de renda e qualidade de vida.

É importante destacar sem uma escola de qualidade que gere competências para aproveitamento de oportunidades que existem no mundo rural, o jovem não consegue aproveitar as mesmas e nem se preparar adequadamente para a sua inserção no mundo do trabalho e no exercício da cidadania. Deve ser lembrado que no XII CONFASER foi defendida a tese que a escola no campo é um direito. O problema da sucessão é mundial e nos diversos setores. Na extensão rural há um envelhecimento, pelo descaso dos governos em promover concursos públicos e os jovens, como visto acima, abandonam o campo. A escola é um passo importante, porém, não é suficiente, em manter sua atitude de apenas focar no letramento e não se abrir para articular os diversos conhecimentos locais existentes e não avançar na preparação para o mundo do trabalho.

Finalmente deve ser destacado, o desafio de renovar

¹Esta tese é sistematizada e apresentada pela FASER para o XIII CONFASER, a partir da contribuição inicial de Valter Biachini.

e portanto de incorporar a juventude, nos processos políticos, inclusive a partir dos sindicatos e organizações sociais e de defesa do trabalhador. Para isso, se reconhece

e deve ser estimulado as diferentes formas e ações da juventude de se manifestar e de ser protagonista em todos processos políticos.

TESE: A FASER deve empreender esforços no sentido de garantir políticas públicas que possibilitem oportunidades de trabalho e qualidade de vida aos jovens. Reconhece como exigência básica acessos a escolas onde se constroem competências, bem como, se ofereça infraestrutura de acesso à terra para que os jovens possam exercer sua cidadania.

**CADERNO DE TESES
DO
XIII CONFASER**

EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA

GRUPO II

**SINDICALISMO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL
DOS TRABALHADORES NO
CONTEXTO HISTÓRICO,
NA ATUAL CONJUNTURA E SEUS DESAFIOS**

II.1.MOVIMENTO SINDICAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA SUA SUSTENTABILIDADE¹

O Papa Francisco, enviou mensagem aos delegados da Confederação Italiana Sindical dos Trabalhadores -CISL, em 28/06/2017, dela consta:

"Não há uma boa sociedade sem um bom sindicato e não há um sindicato bom que não esteja dentro das periferias, com objetivo de transformar o modelo econômico....Em nossas sociedades capitalistas avançadas há entidades sindicais perdendo esta natureza profética, e tornando-se demasiado semelhantes às instituições e poderes que deveriam criticar...."²

Que ele nos inspire a fazer a autocrítica necessária e nos reelaborarmos para que, diante dos desafios gigantes da agenda neoliberal em curso no Brasil, cumpramos o papel de contribuir para a redução da monstruosa desigualdade entre os milhões de brasileiros

Sabe-se que a luta contra a exploração aqui no Brasil, mesmo sem a delimitação clara da relação de classes – capital e trabalho, remonta ao início da colonização, apesar de muita luta de resistência dos indígenas, houveram massacres contra esses povos. Prosseguiu-se com a exploração desta feita valendo-se da mão-de-obra escrava, que muito resistiu contra tão descomunal opressão, sendo ilustrativo Zumbi e sua companheira Dandara, que lideraram o Quilombo dos Palmares, localizado no estado de Alagoas.

Na denominada modernização econômica, foi ampliada a exploração da força de trabalho, tanto no quantitativo, quanto na forma. Deparando-se aqui com trabalho análogo à escravidão.

Imigrantes muitos vivenciaram a experiência do anarco-sindicalismo que foi fundamental na organização dos operários brasileiros. A resistência iniciou-se com a criação de associações de mútua ajuda, que avançaram para a organização sindical.

No início do século XX ocorreram greves de grandes proporções, em vários estados, sendo de maior expressão a realizada em 1817, na cidade São Paulo, e em outras cidades. Nas décadas seguintes o movimento sindical exerceu um protagonismo importante na sociedade brasileira e tiveram papel expressivo na luta pela redução da jornada de trabalho, intervalos para descanso, e

condições de saúde e higiene no ambiente de trabalho.

Na década de 50 os movimentos organizativos avançaram, incluindo em suas bandeiras lutas por mudanças estruturais no País, tais como: acesso à educação reforma agrária, destacando-se as alianças dos Sindicatos, em especial de Trabalhadores Rurais, com as ligas camponesas no Nordeste. Foi a partir de 1986 que foram criadas nos Estados da Federação as associações dos empregados em instituições públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, a exceção do Estado de São Paulo.

Em 1988, o movimento sindical, juntamente com outros movimentos sociais, mobilizou de forma extraordinária e organizou várias frentes para atuar junto aos constituintes. Foi muita luta, pois os donos do capital também se organizaram e criaram o “Centrão”, com as forças mais retrógradas do País, incluindo as agrárias capitaneadas pela UDR – União Democrática Rural. Fruto de muita atuação popular/sindical se conseguiu aprovar a “Constituição Cidadã”.

Em 1989, a FASER realizou movimentação histórica contra o desmonte do serviço público de ATER. Houve intensa mobilização de todas as regiões do País, que fizeram o governo retroceder. Embora na década de 1990 tenha se iniciado um forte desmonte, pela Lei 8.029/90, com extinção de 22 órgãos da administração federal, entre autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, incluindo a EMBRATER. Nos inícios de 2003, é reiniciado um processo de reestruturação da ATER, com elaboração da PNATER e algumas importantes leis, como da agricultura familiar, de ATER e a da ANATER. Hoje, está agência continua a se organizar, porém, está longe de significar o resgate da co-responsabilidade Federal com a ATER, mas tal bandeira tem de permanecer na luta das organizações de extensionistas.

A ruptura democrática ocorrida em 2016 colocou em relevo uma série de desafios para o movimento sindical brasileiro, entre os quais, destacam-se a baixa sindicalização dos trabalhadores, a pulverização sindical e a perda de protagonismo social. As táticas tradicionais do sindicalismo se revelam cada vez mais frágeis frente ao aprofundamento da precarização das relações de

¹Esta tese é sistematizada e apresentada pela FASER para o XIII CONFASER à partir da contribuição inicial de Carlos Augusto de Carvalho; Janya Aparecida de Paula Costa; Marcos Antônio Dantas de Oliveira, com apoio de Emanuel Sobrinho e Maria Ilca Fernandes Siqueira.

²Manolo Ramires - Brasil de Fato | Roma, Itália. 28 de junho de 2017.

trabalho, ao sucateamento das empresas públicas e ao aumento do conservadorismo em parte da sociedade.

O modelo flexível de acumulação de capital impõe formas precárias de inserção produtiva no mundo do trabalho. Mesmo experimentando uma década (2003-2013) de crescimento econômico, aumento da formalização e da massa salarial, não houve recuo na terceirização, na rotatividade da força de trabalho e na “flexibilização” da jornada de trabalho (banco de horas). Nesse mesmo período, o movimento sindical viveu um grande paradoxo, pois o crescimento da ocupação formal não resultou em aumento na taxa de sindicalização, que recuou de 26,27% (em 2003) para 19,15% (em 2013), segundo a PNAD.

O reconhecimento das centrais sindicais, atrelado ao repasse da contribuição sindical, acirrou a disputa por base de representação. Em meio à existência de 22 mil sindicatos no país atualmente, 14.185 estão filiados às centrais sindicais e 2.785 sem filiação, enquanto que a representação patronal alcança o número de 5.067 entidades³. Inclusive, a agenda patronal de flexibilização das relações de trabalho continuou em pauta no Congresso Nacional, sendo aprovadas em 2017, as Leis n.º 13429, da Precarização-Terceirização e a de n. 13.467 do Retrocesso Trabalhista. Apesar das lutas recentes travadas pelo sindicalismo contra a precarização das relações de trabalho - Terceirização e Retrocesso Trabalhista- e ações defensivas contra a perda de direitos sociais (PEC 55 – Congela gastos sociais e da Reforma da Previdência Social), em aliança com os movimentos sociais, o movimento sindical brasileiro amarga a perda de protagonismo social. Em 2005, pesquisa IBOPE indicava que a confiança na instituição sindicato era de 62%, caindo para 44% em 2013. Isto também pode

indicar que as formas tradicionais de luta, através da negociação coletiva e das greves por ganhos econômicos, são insuficientes para vocalizar as demandas gerais da população.

Um possível cenário de oportunidades para a sustentabilidade do movimento sindical exige:

- Pensar em um redesenho dos sindicatos e suas estratégias de luta;
- Intensificarmos o trabalho de base, através da criação de canais de diálogo e escuta dos trabalhadores, tendo em vista a ampliação da representatividade sindical;
- Elaborarmos e executarmos projeto de formação sindical continuada, para gestores e base, reforçando a solidariedade e a consciência de classe dos trabalhadores, na organização da resistência contra a ofensiva patronal;
- Desenvolvermos estratégias políticas articuladas com outras organizações sindicais, para fortalecimento da ATER pública de qualidade e com cobertura ampla para a agricultura familiar e suas formas organizativas;
- Estimularmos a participação das mulheres e de jovens nos órgãos de representação sindical, ampliando o debate e construção de políticas de respeito ao gênero, para maior engajamento de todos os trabalhadores na luta político-sindical;
- Desenvolver uma comunicação sindical afirmativa de defesa das minorias e contra toda forma de discriminação e opressão; Desenvolver ações visando o fortalecimento da ação unitária e classista dos trabalhadores, coordenada pela CUT, na luta pela recuperação de direitos trabalhistas e previdenciários, suprimidos pelo governo ilegítima.

TESE: A FASER defende que deve priorizar o trabalho de base, as formações associativistas, sindicais e intersindicais, primar pela comunicação dialógica nas alianças com movimentos populares da sociedade, na perspectiva da revitalização do sindicalismo e retomada do processo de ascensão das lutas sociais e de classes.

³Os desafios discutidos na presente tese basearam-se no artigo “Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000”, de José DariKrein e Hugo Dias, pesquisadores do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT) da Universidade de Campinas, publicado na Revista Ciências do Trabalho, nº 8, agosto de 2017. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego apresentados por Krein e Dias (2017), op. cit.

II.2 - AS “REFORMAS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS” E SEUS IMPACTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO SINDICAL, QUALIDADE DE VIDA E DO TRABALHO¹

Para contextualizar um pouco sobre essas questões é importante fazermos uma avaliação histórica. No Brasil, temos apenas 130 anos da abolição formal da escravatura, realizada a partir da promulgação da Lei Imperial Nº 3.353, de 13 de maio de 1888. A exploração trabalhista é histórica no Brasil e o trabalho designava inferioridade, ou, até mesmo, um castigo.

No Brasil, após a abolição e a chegada de imigrantes para fins de ocupação de postos de trabalho, os trabalhadores(as) permaneceram sem garantia de direitos básicos, com algumas mudanças após a publicação do decreto Nº 1.637, de 05 de janeiro de 1907, que tratava sobre a sindicalização dos trabalhadores. Entretanto, só com a Constituição de 1934 foram definidos direitos, com a criação da Justiça do Trabalho e garantias, tais como: salário mínimo, jornada de oito horas, repouso semanal, férias anuais remuneradas e indenização por demissão sem justa causa. Em 1º de Maio de 1943 consolidaram-se direitos aos trabalhadores brasileiros, com a Consolidação das Leis do Trabalho CLT).

Após a CLT foi iniciado uma nova fase para os sindicados, na busca de efetivação da lei, sugerindo modificações e exigindo sua aplicação. Também, é explicitado o conflito entre capital e trabalho, bem como, as disputas entre patrões e trabalhadores na aplicação e aperfeiçoamento da lei com avanços e recuos aos direitos dos trabalhadores.

Mas, retrocessos afetariam direitos políticos conquistados com o golpe militar de 1964. Diversas ações negativas ocorreram contra sindicalistas e sindicatos. Já o começo da década de 1980 apresentou um cenário que demonstrava avanços, pois no ano de 1981 ocorreu a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat). Nos anos seguintes ocorriam novas Conferências e na segunda metade da década de 80 emergem as Associações e Sindicatos dos trabalhadores do setor público agrícola no Brasil. Dessa forma, trabalhadores(as) públicos da administração, extensão e a pesquisa agropecuária, se organizavam através da Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores do Setor Público do Brasil (FASER), que se filia à Central Única dos Trabalhadores (CUT), efetivando as lutas pelos direitos

dos trabalhadores e resistindo de diferentes formas as tentativas de enfraquecimento da ATER e de seus trabalhadores. Devendo ser registrada o registro sindical da FASER publicada no Diário oficial em 28 de maio de 2015.

Desde o surgimento das entidades filiadas e da FASER, o objetivo tem sido de luta e resistência contra os desmanches dos serviços prestados pelas empresas e na manutenção dos direitos dos trabalhadores vinculados à elas. No entanto, a partir de um novo golpe político registrado com a queda da Presidenta Dilma Roussef e a Constituição Federal, foram aprovados reformas contra o trabalhador, sacramentando o maior ataque da história recente contra a classe trabalhadora.

Entra em vigor no ano de 2017, mais precisamente em 11 de novembro de 2017, a nefasta “Reforma Trabalhista”, chamada também de Lei 13.467/2017. Parte de um pacote de maldade aos direitos dos trabalhadores, veio enrustida em um discurso de modernização e criação de novos postos de trabalho, ou, até mesmo, melhorar a economia. Essa “reforma” sempre teve endereço certo, propósito definido e objetivos claros: desregular direitos e regulamentar restrições, retirando direitos que foram conquistados a duras penas, a exemplo da grande greve geral de 1917, onde os trabalhadores de São Paulo cruzaram os braços em defesa de melhores condições salariais. Nos anos de 1950 tem os trabalhadores rurais se organizando como as ligas camponesas, um movimento onde se contesta fortemente as políticas públicas, o latifúndio e a necessidade de acesso aos trabalhadores rurais a terra, escola, saúde e de direitos fundamentais. A greve de 1979 no ABC Paulista, na qual milhares de trabalhadores reivindicaram melhores condições de trabalho e salários. Também, destaca-se a greve de trabalhadores rurais no Nordeste, em 1980, onde 250 mil trabalhadores pararam em busca de direitos fundamentais.

As relações de trabalho, que em muitos casos já eram precárias, nos dias de hoje tendem a piorar, devido itens que foram aprovados, tais como: negociado sobre o legislado; fim da ultratividade (direito de usar uma lei revogada em benefício do trabalhador); trabalho

¹Esta tese é sistematizada e apresentada pela FASER para o XIII CONFASER à partir da contribuição inicial de Adailton de Melo.

intermitente; terceirização irrestrita e outros que foram alterados na CLT. Essas mudanças também irão atacar diretamente a autonomia e a estrutura do movimento sindical com itens como: a negociação individual e o imposto sindical não obrigatório.

Outro ataque eminente, parte do pacote que desestrutura direitos do trabalhador e talvez mais devastador é a chamada “reforma da previdência”. Em 1960, ocorreu um avanço, sendo criada a lei orgânica,

com o intuito de uniformizar o sistema previdenciário brasileiro. A seguridade social se consolida da forma que conhecemos hoje, a partir da constituição de 1988 e abrange a previdência social, assistência e saúde. A previdência social tem papel fundamental, garantindo dignidade para o trabalhador na hora em que ele mais precisa. Por conseguinte, como mote principal de “combater privilégios”, as reformas buscam, mais uma vez, retirar direitos dos que mais precisam.

Tese: A FASER luta por um movimento sindical de enfrentamento e resistência ao desmonte da Constituição brasileira e dos tratados de defesa e garantia dos direitos do trabalhador dos quais o Brasil é signatário.

II.3 - DESAFIOS DA FORMAÇÃO SINDICAL, POLÍTICA E EXTENSIONISTA LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO AS CARACTERÍSTICAS DE GÊNERO E GERAÇÃO¹

No mundo permanecem estratégias de produção de riquezas e de sua apropriação, com a contínua concentração e a marginalização dos trabalhadores. Para os economistas clássicos era o trabalho a fonte de riqueza, enquanto os neoclássicos, destacam a utilidade do bem, para finalmente, prevalecer a dimensão rentista do capital, particularmente, através de papéis do governo nas diversas partes do mundo. A exploração do trabalho permanece e sua exclusão ocorre de diferentes maneiras. O colonialismo continua com distintas formas e esferas da sociedade. No Brasil, a questão do trabalho escravo e de formas de escravismo permanecem as vezes de forma explícita, outras disfarçadas, subliminar. Há outras formas de explorar o trabalho, como o de negar o papel da mulher no mundo do trabalho, reduzindo muitas vezes “a uma ajuda”, quando se parte de uma concepção patriarcal da sociedade.

Pensar nos desafios da formação sindical nos remete a pensar a conjuntura e suas perspectivas históricas, do modelo colonial, centrada no patriarcado. Exige-se, hoje, pensar na perspectiva de gênero e de geração. Ao pensar o sindicato como representação dos interesses dos trabalhadores exige se pensar um projeto para o Brasil. Projeto este, que não seja aquele que permanece desde 1500, de favorecimento do capital internacional e de exclusão do trabalhador. Mas, que tenha no trabalho seu eixo central, conseqüentemente, que seu encaminhamento seja na direção de privilegiar e melhorar as condições de vida da família trabalhadora. Há o papel constitucional do estado em oferecer para todos escola, saúde e segurança. Há a necessidade de reconhecer os avanços da mulher e seu trabalho muitas vezes na invisibilidade, bem como, de gerar oportunidades de inclusão dos jovens, suscitando oportunidades e possibilidades efetivas de participação.

Para o exercício pleno dos direitos são necessárias condições sociais, que garantam democraticamente seu livre exercício, para isso são necessárias transformações sociais radicais que eliminem toda e qualquer forma de diferenciação e exclusão social, não somente a de gênero, mas e principalmente, do trabalho, em todos os campos, particularmente no mundo rural.

O campo brasileiro, com a atuação decisiva da ATER tem contribuído na geração da riqueza e também nas distorções do atual modelo, com grave consequência

ecológicas, inclusive nas condições de trabalhos de seus trabalhadores. No entanto, a luta das mulheres tem revelado as injustiças, bem como sinalizadas alternativas de superação destas distorções. Na agricultura familiar brasileira é notória a importância das mulheres enquanto trabalhadoras, não obstante as dificuldades.

O rural nunca foi apenas produção agropecuária, pois sempre foi um espaço de todo tipo de vidas. Um lugar onde se vive, produz, transforma, sonha e que agrega valor a bens de produtos oriundos do trabalho e da intervenção consciente na natureza. Preservar as vidas e melhorar as condições de qualidade destas vidas implica ampliar o respeito e o reconhecimento daqueles que vivem neste espaço. Neste contexto, o meio rural transforma-se mostra-se cada vez mais heterogêneo e diversificado. A juventude, o ambiente, as mulheres e os idosos são afetados de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, associada com a falta de perspectivas para aqueles que vivem do campo.

É necessário reconhecer a insustentabilidade do urbano, que exige e necessita do rural para sua sobrevivência e avanços. A realidade aponta para uma tendência dos jovens, sobretudo das moças, em planejar seu futuro profissional no meio urbano, apesar das possíveis dificuldades que serão enfrentadas. Além disso, destaca-se a importância da influência dos pais e das organizações religiosas na tomada de decisão destes jovens. Na mudança da realidade do jovem rural, das mulheres e idosos ressalta-se a importância das políticas públicas, como forma de incentivar sua permanência no rural. Salientamos a necessidade de ação e políticas que visem à melhoria da qualidade de vida e o bem estar social no campo. No entanto, deve ser alertado que nem sempre estas políticas atendem as distintas características da agricultura familiar brasileira, porém são essenciais. As novas ruralidades evidenciam a dualidade em permanecer ou sair do meio rural, num conflito interno no dia a dia destes jovens.

Pensar projetos formativos para o sindicalismo, em especial para o sistema FASER, exige que o mesmo supere o colonialismo e fundamente sua atuação a partir de outro modelo calcado na equidade e na justiça social. Que estabeleça como diretriz a unidade de ação através da articulação de diferentes sindicatos, que efetivamente

¹Esta tese é sistematizada e apresentada pela FASER para o XIII CONFASER à partir da contribuição inicial de Fátima Rejane Ferraz de Sá Nogueira.

defendem os interesses e o exercício da cidadania para todos, particularmente de seus quadros.

O movimento sindical precisa urgentemente repensar sua atuação, redesenhar estratégias e intensificar seus programas de formação para atrair novos militantes, construir novas lideranças, resgatar a consciência política, reforçar valores cívicos e éticos e, principalmente, dar continuidade à organização e à luta em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, de todos os trabalhadores, particularmente, as mulheres, os jovens e idosos; enfim, resgatar o exercício pleno de direitos e de exercício da cidadania, para todos.

Alguns aspectos de análise de conjuntura precisam ser destacados, como o papel das mulheres, dos jovens e de idosos, bem como, da práxis junto a agricultura familiar a partir de uma base agroecológica e da família. Há diferentes comprovações científicas e populares da possibilidade de se otimizar a produção vegetal e animal através de técnicas agroecológicas. Constata-se da importância da mulher e dos jovens nesta transição para agricultura sustentáveis e ecológicas.

Sugere-se que a forma de enfrentar e evitar o risco de retrocesso político e social é qualificando, transformando o sócio em militante, para com conhecimentos, argumentos e conteúdos, destacar e ressaltar que sem política não

há solução para os problemas coletivos da sociedade. Essa tarefa deve ser assumida com prioridade pelo movimento sindical, sob pena de perda de legitimidade e representatividade. O movimento sindical deve formar novos quadros para bem representar os trabalhadores, combatendo forças conservadoras e neoliberais. É entender que os trabalhadores estão inseridos na sociedade e isto implica em reconhecer a importância de outros setores, entre eles, o consumidor, onde se destaca o papel da mulher. O projeto formativo deve ser entendido pela sociedade para que a mesma possa apoiar e ampliar os direitos do trabalhador. Bem como, este, deve estar consciente de suas responsabilidades e deveres. Estes são desafios que se faz necessário na formação sindical, preparando seus associados como vigorosos militantes na busca de uma sociedade mais justa.

TESE - A FASER entende da necessidade de repensar o modelo brasileiro de desenvolvimento, onde se privilegie o trabalho e assim oferecer formação que possibilite ao afiliado realizar análises de conjuntura fundamentada e também, que gere oportunidades de participação que garantam a equidade, na perspectiva de gênero e geração.

II.4 - COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA PARA FORTALECER A INTEGRAÇÃO SINDICAL¹

Comunicação é a ação de transmitir uma mensagem e, eventualmente, receber outra mensagem como resposta. É a forma como as pessoas se relacionam entre si, dividindo e trocando experiências, ideias, sentimentos, informações, modificando mutuamente a sociedade onde estão inseridas. Comunicar é tornar comum, podendo ser um ato de mão única, como transmitir (um emissor transmite uma informação a um receptor), ou de mão dupla, como compartilhar ou dialogar (emissores e receptores constroem o saber, a informação, e a transmitem). As formas de mensagens podem ser: palavras, gestos, olhares, movimentos do corpo. As formas como as ideias são representadas são chamadas de signos (letras, sons, imagens) que, em conjunto, formam os códigos: língua portuguesa, código Morse, Libras, sinais de trânsito, etc. Quando, por meio dos códigos, ideias são organizadas em um conteúdo, este compõe a mensagem a ser comunicada.

O código e o conteúdo (o assunto e profundidade de sua abordagem) da mensagem, a infraestrutura e tempo disponível e o perfil do público receptor influenciam na escolha pelos interlocutores dos meios de comunicação (também chamados canais ou veículos) a serem utilizados para transmitir uma mensagem.

A comunicação não é uma ação isolada, ela demonstra a prática e a concepção de cada dirigente sindical. Quanto mais atuante, mais comunicação a entidade realiza. Deve ser utilizado um mix de veículos, como jornal ou boletim, cartilha, agenda, caderno, mídias sociais, vídeos, rádio, televisão, carro de som, panfletos, bem como a comunicação boca a boca. Cada um tem sua especificidade, mas podem ser complementares, dependendo da estratégia de comunicação planejada². Na Internet, a comunicação sindical utiliza diversas ferramentas como sites, blogs, e-mails marketing, mídias sociais, vídeos, web TV, entre outros.

A Comunicação Sindical diz respeito ao trabalho de comunicação desenvolvido pelas organizações sindicais junto aos trabalhadores que elas representam e também junto à sociedade como um todo. Busca sensibilizar

ou mobilizar os trabalhadores para a defesa dos seus direitos, repercutindo suas lutas e conquistas junto aos diversos públicos (empresários, classe política, jornalistas e formadores de opinião etc.)³. A comunicação sindical é formada por um tripé: a direção sindical, a assessoria de imprensa/comunicação da entidade e pelos trabalhadores de base que, em conjunto, devem definir e explorar as ferramentas de comunicação.

A comunicação, naturalmente, já passou por diversas transformações e progressos e, ainda hoje, atravessa novos percursos. Esses avanços na maneira em que nos comunicamos podem ser notados em todas as esferas sociais e, assim como o alcance da rápida tecnologia, os novos meios de comunicação ultrapassam barreiras a cada momento. Na comunicação sindical, podemos notar um grande progresso que vem desde os panfletos, distribuídos pelos sindicatos nas portas das fábricas, até os mecanismos mais atuais liderados pela Internet⁴.

Com o surgimento da Internet, os meios de comunicação e as relações sociais foram altamente transformadas. No mundo atual a utilização da web como ferramenta de comunicação já não é mais considerada um diferencial, mas sim um item obrigatório e, obviamente, os sindicatos não podem ficar de fora desse sistema, pois o trânsito de usuários nas mídias digitais é muito superior ao de qualquer outra já vista, ultrapassando até mesmo a televisão.

Do total de 94,4 milhões de trabalhadores no Brasil, 18,4 milhões são sindicalizados – o que corresponde a 19,5% da classe trabalhadora. Os dados foram retirados do suplemento “Aspectos das Relações de Trabalho e Sindicalização”, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, do IBGE⁵. O número é o maior percentual desde 2004. No entanto, a participação dos associados ainda é baixa: 79,1% não usavam os serviços oferecidos pelas entidades e 81,2% não iam às atividades promovidas. O Digital in 2017 Global Overview⁶, um estudo realizado pelas agências We Are Social e Hootsuite, aponta 139 milhões de internautas no País. Dentre os brasileiros, 58%

¹Esta tese é sistematizada e apresentada pela FASER para o XIII CONFASER à partir da contribuição inicial de Carlos Alberto Vilela Barbosa.

²<http://www.fetiesc.org.br/site/2015/08/a-importancia-da-midia-e-da-comunicacao-sindical/>

³<http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/conceitos/comunicacaosindical.ph>

⁴<http://www.convictiva.com.br/artigos/a-evolucao-da-comunicacao-sindical/>

⁵<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100322.pdf>

⁶<https://wearesocial.com/special-reports/digital-in-2017-global-overview>

utilizam as mídias sociais⁷.

Para atingir o maior número de internautas, é preciso se comunicar com sentimentos e valores. Conteúdos diferenciados como charges, vídeos e tirinhas são algumas das maneiras de iniciar uma discussão sobre assuntos mais densos. O humor pode ser a porta de entrada nas mídias sociais. Mas é preciso oferecer, ainda, uma outra plataforma que aprofunde o tema.

Na prática, um projeto de comunicação precisa promover a integração entre as redes, adaptando o conteúdo para as mais diferentes mídias – Facebook, Twitter, Whatsapp, entre outras. Planejar uma agenda de mobilizações bimensais e avaliar o engajamento do público também pode ser importante para transformar a comunicação de um sindicato.

Os diversos canais de comunicação estão convergindo (convergência digital: computadores + telefonia + televisão digital + videogames). Os dispositivos móveis (smartphones, tablets) também tendem a ser foco de uma convergência digital. Muito mais do que simples softwares, as aplicações web conectam pessoas, organizações (empresas, sindicatos, etc.) e idéias através de qualquer dispositivo com acesso à Internet (fluxo de mídias sociais). Entretanto, um sindicato informatizado não será viabilizado apenas com equipamentos

modernos, mas com uso eficiente deles no processo de comunicação⁸: são as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

A maioria das organizações esquece que seus modelos de ação não foram projetados para as mídias sociais. É preciso quebrar o paradigma da comunicação unidirecional: entrar nas mídias sociais significa criar canais de mão dupla e as lideranças precisam estar preparadas para "ouvir". Mídias Sociais estão transformando a maneira como as organizações se relacionam com as pessoas. Cada vez menos decidimos por causa de propaganda de marketing, mas cada vez mais confiamos em amigos e colegas antes de tomar uma decisão. É preciso, com responsabilidade, estimular e "orientar" o fluxo de conteúdo gerado pelas pessoas nas mídias sociais, mas também saber ouvir as ideias internas e externas ao sindicato para fomentar a inovação em todas as esferas.

As organizações de extensão rural, ou os extensionistas, tem na comunicação com seu público, um respeitável e estratégico método de trabalho, assunto tratado no âmbito da Comunicação Rural. A intenção deste texto foi de ressaltar a importância da comunicação interna e externa das organizações associativas e sindicais filiadas à FASER.

TESE. A FASER e suas associadas necessitam desenvolver uma estratégia unificada e atual de comunicação corporativa voltada para os trabalhadores da extensão rural e pesquisa agrícola pública e para a sociedade.

⁷<http://csb.org.br/blog/2017/11/14/comunicacao-sindical-midias-sociais/>

⁸http://sindpdce.org.br/images/conteudo/file/comunicacao_CUT.pdf?phpMyAdmin=bb7fd9b1463830463fc674716eb7d5c

AULA MAGNA
TEMA
“EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA”
Professora Sonia Bergamasco

“EXTENSÃO RURAL E CIDADANIA”

Esse tema Extensão Rural e Cidadania.

Bom, a gente tem a impressão de que sabe tudo. A gente sabe o que é isso, claro, extensão rural todos nós sabemos.

Cidadania também é um tema tão naturalizado, tão falado a todo instante que também a gente acha que já sabe. Parece uma coisa muito fácil de ser falada, trabalhada, de ser discutida. Mas, por outro lado o fato de ser, de parecer tão fácil é que é muito difícil de a gente conseguir engrenar bem esses dois temas.

Eu fui apresentada para a extensão rural ainda menina, pré-adolescente porque eu sou filha de extensionista, filha de um agrônomo de campo. Isso marcou muito, foi daí que depois eu fiz toda a minha carreira. Para quem não sabe eu sou e sempre fui por mais de 40 anos professora de extensão rural.

Fui professora de ciências agronômicas da Universidade de Botucatu (da Unesp); depois vim para a extensão rural na Unicamp, na Faculdade de Engenharia Agrícola. Então, eu não sou extensionista, mas trabalho com o tema da extensão rural. Eu até tentei ser extensionista quando me formei. Prestei concurso na CATI e passei, mas fui convidada para ser professora de extensão rural e optei por ser professora universitária onde estou até hoje.

Depois desse introito, eu coloquei duas questões norteadoras para tentar conversarmos esta noite.

A primeira questão é se historicamente a política de extensão rural Brasileira se preocupou em promover a cidadania dos agricultores? É uma questão que a gente precisa trabalhar; e a outra é em que condições as ações de assistência técnica e extensão rural podem promover a cidadania?

Fiz essas duas questões na sociologia, e daí, como responder? Bom, fui buscar nossas metodologias. A gente trabalha muito perto da sociologia. Então, a gente foi pegar a chamada teoria do discurso para ter um caminho. Por quê? Porque a partir da identificação do processo de criação de políticas públicas para o meio rural, aí no caso nós estamos trabalhando com a política de extensão rural brasileira, será possível perceber onde a relação entre essas duas noções: de desenvolvimento rural e de cidadania.

Eu estou chamando de desenvolvimento rural pela amplitude quando a gente fala em política de extensão

rural, nós vamos pensar um pouco adiante em termos de extensão rural.

Especialmente, nas últimas décadas, a gente viu muito de perto esses atos, mas será que isso foi à forma, a metodologia, o que se fez historicamente em termos de extensão rural? Como foi essa metodologia?

Buscar o que a gente chama de palavras-chaves. Vamos buscar palavras chave para extensão rural e para cidadania e ver o que dá, e depois fazer um jogo de palavras. Uma luz que sempre dou para meus alunos é buscar definições de extensão rural. Eu tenho 123 definições de extensão rural, e pasmem, em nenhuma dessas definições está à palavra cidadania. Não foi fácil achar essa palavra nessas definições.

Mas, nós achamos muitas palavras interessantes, importantes que tem a ver com cidadania e que a gente vai ver que estamos falando dela. Nível de vida, alimentação, renda, assistencialismo, processo de decisão, organização, gênero, sustentabilidade, concentração de terra, humanismo, técnicas agrícolas, lideranças, cultura, participação, comunicação, tecnologia, produtividade, produtivismo, geração, educação. São tantas palavras que permeiam 123 definições de extensão rural, e não acaba aí.

Aqui estamos num nível mais amplo. Mas, antes disso, quando a gente pensa: para que extensão rural? Muitos desses discursos começam assim: porque há um atraso grande muito grande no campo, muita pobreza, muita miséria, fome. Então é necessário trazer a extensão rural. O que é verdade, e a gente não está negando.

Mas a extensão rural veio em 1948 (a data oficial da extensão rural) com a cooperação americana, por que vem? Vem para tirar o agricultor do atraso, e essas palavras chegam provocando o êxodo rural – o agricultor deixando o campo.

A palavra “revolução verde”, que é outra palavra-chave extremamente importante nesse contexto e nessa discussão. A extensão rural é também difusão de inovações, difusão de tecnologias, levar tecnologias, adoção de novas práticas, poluição, agroecologia, sementes, sementes crioulas, a produção orgânica, agrotóxicos. A gente vai olhando essas palavras e muitas são extremamente ligadas e positivamente do lado da cidadania; e muitas são exatamente ao contrário da cidadania.

Com esse jogo de palavras, a gente tem que ir

formando quais são as palavras que vão trazer para nós uma extensão rural que a gente acredita que seja adequada, efetiva e eficiente.

Por outro lado, as questões como o desenvolvimento rural, a promoção do desenvolvimento, em nível de desenvolvimento, mas a gente vai estender conhecimento, disseminar conhecimentos, modernização e organização da agricultura, as políticas públicas, modernização conservadora. Mas a solução dos problemas do campo sempre está presente: a melhoria da produção, a promoção do homem do campo, a promoção do desenvolvimento.

Então algumas dessas questões, como promoção do desenvolvimento, tudo isso nos leva a chegar perto do que seria cidadania.

Continuando vamos chegar nas temáticas da Cidadania. Definir cidadania é engraçado, porque parece que todo mundo sabe o que é cidadania. Então quando a gente vai fazer a discussão do que seja cidadania, a gente começa lá em Aristóteles, vai passar por Marshall, vai passar por diversos estudiosos clássicos e não clássicos.

No Brasil, a gente vai lá para nossa musa da cidadania a Marilena Chauí. Então, não é um tema tão tranquilo que a gente naturalize. Da mesma forma é a questão da sustentabilidade que é totalmente naturalizada. Qual a noção que se faz do que é sustentável e de como a gente pensa em agroecologia como sustentabilidade? Então essas questões são muito complicadas porque elas acabam sendo naturalizadas e ao serem naturalizadas perdem seu sentido mais preciso e mais profundo.

Quando a gente chega nas questões da cidadania, nós vamos ter questões como moradia, previdência, salários justos, alimentação que estava lá também na extensão rural, alimentos saudáveis, segurança, emprego, ética, bem-estar social, gênero, geração, etnia, dignidade, autonomia, participação, solidariedade humana, igualdade, autoconsciência, responsabilidade, e vamos lá para outros como as questões de acessibilidade: acesso à água, à renda, à terra, à conservação da biodiversidade.

Tudo isso está no campo da cidadania, tendo como eixo central a questão da garantia de direitos, das necessidades humanas, dos deveres e do reconhecimento. Quando pensa a cidadania, nós temos que pensar exatamente: cidadania no campo dos direitos e deveres que o cidadão tem. Para isso é importante a participação, é importante a opinião de todos porque uma pessoa para se tornar cidadão ela tem que ter voz, ela tem que ter voto também, mas ela tem que ter voz, tem que ter participação, ela tem também que ter opinião e tem também que ter poder.

E aí vejam, o que nós fazemos quando realizamos extensão rural? Eu acho que aqui estamos num grupo bastante seletivo, mas quando eu falo de extensão rural para os meus alunos, vou lá discutir com eles a necessidade

de promover, de fazer com que os agricultores se tornem cidadãos, se tornem com autonomia, que saibam de seu destino, a primeira coisa que escuto e tem 40 (quarenta) anos que eu escuto isso, não tem um ano que não tem alguém que levanta e que fala assim: ah professora tenha dó. Eu estudei aqui, estou nessa universidade tem cinco anos e agora a senhora quer dizer que esse agricultor sabe mais do que eu? Como assim?

E essa é a primeira coisa que surge. Tudo bem, a universidade é a melhor época da vida da gente, mas também é um lugar que a gente estuda bastante. Daí vem um cara lá do centro de São Paulo, lá dos edifícios do Morumbi vem dizer que sabe mais que o agricultor que nasceu e viveu na terra, e isso tem que ser ajustado, porque a gente sempre acha que tem mais poder, porque a gente tem o conhecimento.

E nós temos que realmente saber que aquele agricultor que a gente trabalha, que a gente está junto, tem também muito conhecimento, ele pode não ter o conhecimento científico que a gente tem. Pode não ter a explicação que a gente tem, mas ele tem o conhecimento, muitas vezes maior sim que o seu. Você não sabia até pouco tempo de onde vinha o leite, você achava que vinha da caixinha. Então isso é uma coisa muito séria ainda hoje nos nossos trabalhos na extensão rural.

Então, cidadãos, satisfação, deveres do povo e sociedade.

Só olhar a gente sabe o que é cidadania.

Da para discutir o que é cidadania e a gente olhou as palavras chaves, então com isso, podemos agora juntar extensão rural com cidadania. E aí vai: Quais as palavras que estão tanto na extensão rural como estão na cidadania?

Olha quantas, olha que proximidade existe entre a extensão rural e a cidadania. O que era tão difícil, de repente ficou tão claro. Alimentação, autonomia, a solidariedade, a organização social, o acesso aos recursos, o poder de decisão, a educação, os direitos sociais, deveres, a participação, o conhecimento, a moradia, a ética, tudo isso faz parte do campo da extensão rural e do campo da cidadania.

Isso a gente fez numa metodologia de caça-palavras, procurar que palavra está aqui, que palavra está lá. Há muita proximidade entre estes dois temas: extensão rural e cidadania.

No Estado brasileiro, pensar o Governo Brasileiro como Estado, qualquer Estado que quer interagir com a sociedade, no caso aqui, interagir com o meio rural, ele define cenários sociais, de institucionalização da cidadania. Todas as políticas públicas que saem é o Estado colocando a institucionalidade dessa política públicas. Ela só chega na cidadania quando ela realmente é a vontade do cidadão. Para discutir extensão

rural que é uma política pública e cidadania, a gente tem que investigar quais respostas institucionalizadas foram dadas pelo Estado às demandas formuladas pelo meio rural, visando a ampliação e o fortalecimento da cidadania.

Com isso vamos chegar a uma situação bastante difícil e, normalmente usando a metodologia do discurso, se a gente toma a história da extensão rural brasileira e vai nas diversas etapas, nas diversas fases, selecionando essas institucionalidades, aquelas que têm a ver com cidadania, a gente vai chegando.

E como é que começa essa extensão rural? Primeira coisa: é a fome; é a seca; é a miséria; é o atraso, aquilo que a gente falou, e então, vem àquele que é o nosso padrinho maior que é aquele que vai resolver todos os nossos problemas.

Os Estados Unidos em determinado momento vão ajudar nos países do Terceiro Mundo. Na verdade, não querendo ser maquiavélica, essa ajuda claro, tem algo muito forte por trás. Mas foi essa ajuda que trouxe a extensão rural para o Brasil. Trouxe em termos, entre aspas, porque a extensão rural começou lá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com as primeiras ações de extensão rural.

Tem diversas anotações dos institutos federais, e tal. Mas nossa história traz a extensão rural em 1948, com a ajuda americana, num contexto de guerra fria logo após a segunda guerra mundial, num contexto da hegemonia dos Estados Unidos sobre países da América Latina. Diversas pessoas, dentre essas a família Rockefeller, todas essas associações para trazer a extensão rural para o Brasil.

Mas no discurso a gente vai encontrar duas questões fundamentais:

1-Uma é para que vem a extensão rural? Como é que ela vai resolver o problema da pobreza, do atraso; da seca. Ela vai abolir o empirismo agrícola. Muito preocupante esse discurso, o que significa isso? É não entender que já existem cidadãos nesse contexto, que já existem pessoas que trabalham na agricultura. Esse empirismo não vale nada? Isso vale porque tem conhecimentos empíricos que é à base de toda nossa tecnologia. Têm conhecimentos empíricos que precisam ser ressaltados, resgatados, reconhecidos. Então esse exercício nós fomos fazendo em diversas etapas da extensão rural.

2-Melhorar as condições de vida no campo. Na teoria do discurso, é um discurso que vai dizer: “a vida no campo é péssima, ruim”, precisa melhorar e melhorar como? Botando máquina, botando insumo, fazendo uma transformação no campo. O que nós estamos hoje? Uma volta ao campo, muitas pessoas estão vendo que viver no campo é extremamente

saudável. É extremamente saudável você produzir uma alimentação sadia no campo. Fazer o que a gente tem trabalhado hoje que é a agroecologia. Então esse discurso também é um discurso que tem que ser olhado, isso não é cidadania, melhorar as condições que se vive no campo? Em alguns momentos da história dessa nossa extensão rural o Estado não se preocupou, e aqui claro os primeiros eram os americanos, em promover a cidadania ou fazer com que essas pessoas se tornassem cidadãos.

3-Outro momento, o momento da criação da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural). A criação da ACAR vem com algumas questões, por exemplo, a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural dá o mesmo sentido da que falei novamente. Daí vem à questão, vamos abrir a unidade familiar ao mercado. Vejam bem é uma política vindo de cima para baixo, com todas as definições do que vem a ser extensão rural, que deveria ajudar os agricultores. Como que se ajuda os agricultores? Botar eles ligados ao mercado. Assim que se ajuda. Ou então você cria pequenos produtores, cria não, Já existem pequenos produtores polivalentes, então você faz com que esse pessoal deixe de ser polivalente e vamos na especialização, vamos tomar produtos com altíssimo valor na produção e aí colocar esse pessoal no mercado.

Então, a formulação do Estado é essa. Isso não é promover cidadania. A pessoa recebe aquelas técnicas, instruções, informações, recebe crédito e ainda tem que fazer agricultura noutros moldes que não naquele que ela se acostumou a fazer. Ah não, mas o que a gente vai fazer? Vamos deixar todo mundo plantando como plantavam nossos bisavós e tataravós.

Não, não é isso, tanto é que hoje nós temos condições de produzir com menos agrotóxicos com a diversidade, com polivalentes, com menos poluentes. Tem uma série de questões que estão aí permeando o debate de hoje. Isso é cidadania pessoal, porque os agricultores eles sempre sabem o que estão fazendo, eles vão fazer aquilo, vão discutir e vão se apropriar de novas tecnologias para fazer isso. Não é uma tecnologia que vem vendida de cima para baixo, que vem imposta de cima para baixo.

Sem questionar qualquer período estrutural, a gente entra no período de desenvolvimento de comunidades. As comunidades eram formadas de grandes produtores e pequenos produtores ou de médios produtores e pequenos produtores, super pobres com uma diversidade muito grande e aquilo era uma coisa só, uma comunidade só. Não dava certo, não dava certo, tanto é que depois a gente vai ver, sindicato rural é uma coisa, sindicato dos trabalhadores rurais é outra.

O que é o sindicato? É aquela instituição que trabalha

em prol da cidadania dessas pessoas. E aí não é a mesma coisa você colocar uma pessoa que tem um pedacinho de terra, que produz com muita dificuldade junto com grande produtor que já está dentro da monocultura. Fazer isso sem pensar quais os aspectos estruturais, as relações sociais que permeiam isso; fazer isso tentando só aumentar a produção e a produtividade da agropecuária não é cidadania.

Mas muita gente está dizendo o Brasil saiu da crise por conta disso. O agro é pop. Mas isso não é cidadania, não é extensão rural com cidadania. Então é isso que eu estou querendo discutir. Não tem o caráter essencial que é a de difundir a tecnologia moderna, viabilizar a presença e a ação do capital primário.

Então capitalizar o setor primário, o que é isso? É mudar as forças produtivas, reestruturar as forças produtivas; de forma que aqueles que têm o poder, que tem pulso, os grandes proprietários e são todos do capital que definem as coisas em detrimento daqueles que muitas vezes só tem a mão de obra para vender. Isso não é cidadania. Isso é discurso dos programas de extensão rural em nosso país.

Um outro momento foi o de dar crédito orientado, supervisionado. Teve uma fase da extensão rural assim: era só dar crédito que tudo resolve. Deixa de lado coisas não consideradas econômicas, não serve, não é para ser vista. Isso também não é cidadania.

Também não é cidadania você pensar em garantir lucro e essa viabilidade da acumulação do capital. Não é cidadania você pensar: vou modernizar a agricultura. O que foi a modernização da agricultura nesse país? Graziano da Silva chamou de Modernização dolorosa, modernização conservadora. Por quê? Não mudam as estruturas, se modernizam as técnicas de produção, traz as tecnologias, mas a estrutura não se mexe. Não se mexe na estrutura agrária, não se mexe na distribuição de renda, isso não é cidadania.

Trabalho conjugado das linhas produtivistas e humanistas. Junta tudo – tem proposta da extensão que fala – nós estamos num momento de uma metodologia de extensão rural que é produtivista e humanista. Gente, isso é extremamente contraditório. Se você tivesse num modelo humanista pode dizer: opa, cidadania, mas, vou juntar as palavras chaves naquele que a gente viu, mas o produtivismo pelo que a gente viu para aumentar o capital não é cidadania.

Quando a gente chega na época da proposta da Embrater – ela trouxe uma preocupação com os pequenos produtores de baixa renda. Foi criada a Embrapa. A Embrapa vinha com seus pacotes tecnológicos que através da Embrater chegavam aos agricultores. Esse era o setor privilegiado da agricultura, a extensão rural vem para isso, para divulgar pacotes tecnológicos na

agricultura através do crédito.

Daí a maior parte dos agricultores brasileiros de baixa renda vão receber pacotes tecnológicos simplificados. Um tipo de crédito diferenciado que é para uma questão mais social. Aí, também peca de um lado os grandes pacotes tecnológicos, porque que não é cidadania, e peca do outro lado também porque vai tentar tapar o sol com a peneira de uma questão que é muito mais sério que é um problema estrutural. Essa é a proposta da Embrater.

Então você lê toda proposta de formação e criação da Embrater e você não acha questões de cidadania, não acha. Acha sim: enredos.

Parece que é mais não é que é muito fácil o tema da cidadania.

A chamada modernização da agricultura na década de 80, o sucesso da modernização da agricultura se da porque o Brasil passa a ser o celeiro mundial de produção de alimentos. Isso é verdade, está aí até hoje, mas a troca de quê? A troca de uma excessiva exclusão dentro do setor da agricultura. Depois veio a crise social, a crise inflacionária.

Quando o Romeu pega a Emater ele vai falar: “a extensão rural vai priorizar os pequenos e médios agricultores porque nós vamos colocar a dívida social dos agricultores como prioridade”. O discurso do Romeu se a gente lê é um discurso cidadão é um discurso que quer pagar uma dívida social com a maioria de agricultores que foram excluídos das ações do estado na política de extensão rural. Estou falando só de política de extensão rural. Diversas outras políticas estão nesse mesmo meio.

Mas aqui já começa também a questão das tecnologias adequadas, a questão das práticas ecológicas. Estamos falando de discurso democrático e horizontal, aí está a verdadeira cidadania. A partir daí a história da operação desmonte da Embrater todos vocês conhecem, a FASER participou do SOS Extensão. O desmonte vinha com uma proposta de extensão rural, num modelo para pequenos agricultores, lavradores numa visão Freiriana. Paulo Freire está chegando nesse momento e está falando: temos que valorizar os saberes locais. Está trazendo a cidadania para dentro dos programas de extensão rural. Está querendo construir soluções produtivas onde o próprio agricultor é sujeito e onde o extensionista é intermediário desse processo. Isso também é cidadania.

Então a gente marca em 87 o I CONFASER que vem nesse sentido, defendendo essas posições. E se extingue em determinado momento os serviços públicos porque são considerados onerosos e não essenciais. Gente, isso é contra a cidadania, como é que serviços públicos são considerados não essenciais e onerosos? Se são serviços públicos são serviços que o Estado tem obrigação. Então a Embrater é dizimada por conta disso, porque é um serviço não essencial, por não ter sido considerada

serviço essencial. Agora, como é um serviço não essencial se está falando de agricultura e de milhões de agricultores que dependem disso. E como é que o Estado não tem dinheiro para isso? Então isso é anticidadania, totalmente anticidadão. O serviço de ATER sofreu uma série de coisas, até a Embrater ser extinta por decreto.

Daí entra a Embrapa. A Embrapa que vai coordenar o SIBRATER (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural). A Embrapa que sempre fala que é pesquisa. Eu fiz ano passado uma pesquisa na Embrapa e a ideia era saber quais são as práticas de difusão de tecnologias que a Embrapa se propõe a fazer. Nós chegávamos aos lugares e as pessoas falavam assim: nós não fazemos extensão rural, isso é com a Emater ou falava isso é coisa da empresa do Estado, nós fazemos pesquisa. Agora dá para imaginar, mas em que sentido uma pesquisa que fica ali esperando que alguém venha buscar para disseminar, para passar para a frente.

Outra coisa, depois de toda reformulação, vem uma proposta de que não só as empresas públicas que deveriam fazer extensão rural. Isso deu um nó até hoje. Todo lugar que a gente discute é uma discussão que não tem fim porque se abriu para as ONGs, e isso foi muito discutido, a possibilidade também de fazer extensão rural, mas quando você pega a proposta de diferentes ONG, por incrível que pareça, o discurso é muito mais cidadão do que o discurso do Estado.

Agora, por que o Estado de repente quer passar para as ONGs? Porque o Estado quer se ver livre de uma obrigação que é dele. Num primeiro momento, nós podemos fazer essa análise, mas também as ONGs trabalham com recursos do Estado, mas também com menos responsabilidade, porque o trabalhador dessas ONGs, que foi uma coisa muito complicada porque não recebem o dinheiro com antecedência, para contratar, depois tem que descontratar, mas todo encargo social desses trabalhadores é fora do Estado. A negativa do Estado para estar exercendo a cidadania, isso que a gente gostaria de falar, bom passa depois a ser a categoria não mais de produtor, mas a categoria de agricultores familiares.

Depois do governo do FHC (Fernando Henrique Cardoso), com PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), são os agricultores familiares que passam a ser a categoria específica a ser incluída nas políticas de governo, e especificamente nas políticas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural). E aí nós vamos ver que os agricultores familiares são 34% de todos os agricultores.

Nós vamos ter depois toda uma questão que vem com a Nova República que é a questão da reforma agrária. Se você ler algumas propostas da extensão rural está lá dito a necessidade da reforma agrária. Tem gente que tem

muita pouca terra e tem muita gente sem terra. E está falado. Mas isso levou a que? Isso foi só discurso. Isso é retórica. Veja bem, no governo Lula, não dá para negar que houve mais espaço de cidadania.

À medida que as instituições estão inteiramente voltadas aos agricultores familiares e para essas políticas públicas há um processo de inclusão social e produtiva. As ações de serviços de ATER que tem esse veio, essa proposição e daí veio à nova PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária). A PNATE e todos os seus princípios, se a gente ler, tem a proposta de uma ação cidadã, por incrível que pareça. E por que? A gente lembra como ela foi feita. Ela vem desde as ações da FASER, da CONTAG, dos movimentos sociais do campo, desde lá dos seminários, depois que acaba a EMBRATER, workshops. Tem muita participação na proposta da PNATER.

E a gente vai lendo, vai lendo e vai lendo e vai vendo, olha aqui, olha aqui, cidadania! Cidadania! É isso que nós estamos buscando e a gente vai encontrar.

Bom é claro que eu não preciso falar que na ATER a agroecologia, a Leni Jungmann trouxe isso, mas de qualquer forma há uma produção agro ecológica, há a priorização dos agricultores familiares e há uma coisa importantíssima em termos de cidadania que é a metodologia, os métodos participativos, as possibilidades de trabalhar com construção de conhecimentos, com construção coletiva de conhecimentos, de troca e resgate de saberes, onde há todo um aparato de questões cidadãs nisso, incluindo os métodos participativos.

Então a gente vai ver nesses últimos períodos uma política de ATER onde constata um discurso hegemônico em torno das noções de agricultura familiar, crédito rural e desenvolvimento rural sustentável. Isso tem a ver com cidadania, mas vamos perceber que nesses últimos anos, nesses últimos tempos, muitas fissuras, e aí a extensão perdendo a força da cidadania não é?

Depois de 2016, vamos perceber que a capacidade desse discurso de desenvolvimento rural, de gerar cidadania começa a desaparecer. Essas fissuras em torno do discurso, em especial na política de ATER, ela se dá por meio da desconsideração das demandas historicamente colocadas do meio rural brasileiro, levando aos silenciamentos, a ausências e a falta de reconhecimento. E reconhecimento é palavra fortíssima na cidadania de inúmeras especificidades de sujeitos que vivem no meio rural.

Ser cidadão implica na própria existência humana com dignidade e aí surge a questão da educação como o elemento mais importante da cidadania: é a questão da educação. E como nós estamos falando de extensão rural e as nossas definições todas estão ligadas diretamente

a educação Extensão rural, portanto está dentro de cidadania, apesar de que nas políticas de estado e de governo, muitas vezes, ela se afastou bastante da questão de cidadania.

Essa educação, no decorrer do longo do tempo teve a responsabilidade de formar cidadãos conscientes de suas decisões, com poder, deveres de contribuir com os desígnios da sociedade. Democracia, com indivíduos livres reconhecidos, que tem que ser reconhecidos, pois o reconhecimento e a equidade social são palavras fortíssimas dentro de cidadania.

A gente analisando esses discursos todos. Se a gente estiver dentro do campo da retórica, do discurso, mesmo esses direitos são intensamente programados, anunciados e mais que programados. e fica no campo da retórica, Quando põe no campo dos fatos, esses direitos são negligenciados.

Não são dados a grupos sociais historicamente excluídos a condição de constituírem a própria sociedade. E o Estado em que o indivíduo e as pessoas têm direitos e deveres. Direitos que tem que ser conquistados e reconhecidos pelo Estado. Mesmo o Estado, não tendo condições de dar conta disso, ele tem que com os cidadãos encontrar a resposta para isso. Permitir todas as pessoas desenvolverem as suas potencialidades incluindo participar de todas as atividades de forma coletiva. De forma consciente e participativa. Esse cidadão sabe o que é bom para ele e sabe buscar essas respostas.

Isso nada mais é que Extensão Rural, que reconhece o papel dos agricultores como protagonistas e sujeitos dos processos de desenvolvimento. É isso que a gente está falando.

A figura de uma pessoa que se torna cidadão mostrando o título da terra. Isso é estado de cidadania.

**RESULTADO DAS DISCUSSÕES DOS
GRUPOS E APROVAÇÃO
PELA PLENÁRIA FINAL DO
XIII CONFASER**

GRUPO I e GRUPO II

**PROPOSTAS APROVADAS PELOS GRUPOS E
DELIBERADAS PELA PLENÁRIA FINAL**

ENCAMINHAMENTO GERAL

Todas as ações e proposições discutidas e aprovadas são de responsabilidade conjunta da FASER e de suas filiadas, cabendo a Federação, através da coordenação colegiada executiva nacional, conselho deliberativo e coordenações regionais, articular junto a suas filiadas para que viabilize o plano de ação da federação a partir destas deliberações e do que for encaminhado desde que esteja em consonância com as deliberações do XIII CONFASER e do que define o Estatuto.

GRUPO I

I.1- ESTADO DA ARTE DA EXTENSÃO

A FASER defende os sistemas oficiais de extensão rural e pesquisa agropecuária enquanto instituição, de natureza diversificada, integrada, atuando com metodologias participativas, no estímulo as agriculturas sustentáveis, com recursos orçamentários suficientes para a constante

ampliação de sua área de atuação, com planos de carreira estimulantes aos profissionais da ATER oficial.

Facilitador (es):

Prof. Eros Marion Mussoi - UFSC/Grupo Assessor FASER

Coordenador: Raimundo Ribeiro Nonato - ASSEMPA

1	Que a FASER e suas afiliadas, articule ações no sentido de fortalecer os marcos legais de ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual (a legislação correlata) através dos art. 186 e 187 da cf, lei af nº 11326/2006, lei de ater 12.188/2010 e ANATER, as quais estabelecem parâmetros e mecanismos para garantir recursos públicos orçamentários e seu acesso, condicionados aos preceitos da legislação, bem como estimular a criação das políticas estaduais de ater e pesquisa;
2	Fortalecimento da ATER e Pesquisa pública oficial e estadual, com concursos públicos para o quadro efetivo, onde sejam observadas a multidisciplinaridade profissional, as especificidades regionais e a garantia no orçamento nas esferas públicas (federal e estadual), defendendo a qualificação profissional dos trabalhadores da assistência técnica, extensão rural e pesquisa, implementação de plano de cargos, salários e benefícios e condições de trabalho;
3	A FASER deverá estimular, incentivar às instituições oficiais de extensão rural e pesquisa pública oficial e estadual para oportunizar ambientes laborais e espaço de atendimento adequados, condições sanitárias, cumprimento das normas regulamentadoras do MTE e demais leis correlatas para que o trabalhador e trabalhadora desenvolva suas atividades com motivação e dignidade, e formação profissional continuada de forma a retomar o protagonismo da FASER;
4	Articular ações integradas entre os atores da pesquisa, extensão e ensino acadêmico, buscando o fortalecimento das atividades conjuntas entre a ATER e pesquisa pública oficial e estadual.
5	Que a FASER e suas afiliadas promovam ações coletivas junto aos parceiros/beneficiários dos serviços, buscando adesão ao processo de fortalecimento da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual como garantia de efetividade das políticas públicas e a consequente inclusão social e produtiva;
6	Que a FASER envide esforços/ações no sentido de articular estratégias com o governo federal e o congresso nacional para fortalecimento dos serviços de ATER e pesquisa pública oficial e estadual, criando o Sistema Único Nacional de ATER.
7	Que a FASER, juntamente com suas afiliadas, articule a criação de frentes parlamentares para defesa da ATER e pesquisa pública oficial e estadual e seus trabalhadores e trabalhadoras.

8	Que seja uma prática, em todo CONFASER, da coordenação colegiada executiva nacional, apresentar uma síntese das ações da FASER, durante a gestão.
9	Retomar o protagonismo da FASER na organização de eventos e/ou formas metodológicas alternadas que envolvam os dirigentes gestores, visando proporcionar a eles conhecerem os bons trabalhos e experiências já desenvolvidos e que demonstrem a importância da ATER enquanto instituição pública oficial e estadual para o desenvolvimento rural.

2- CIDADANIA – SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A FASER entende que a extensão rural e a pesquisa agrícola são instituições/políticas essenciais na garantia da produção e oferta de alimentos, em quantidade e qualidade para promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional da população.

Facilitador (es): Leomar Lírio - MPA/ES e Jacinta Cristiana Barbosa - Incaper
 Coordenadora: Nilceia Maria Pizza – Gerente de Segurança Alimentar e Nutricional (SETADES)

1	Que a FASER e suas afiliadas, articule ações no sentido de fortalecer os marcos legais de ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual (a legislação correlata) através dos art. 186 e 187 da cf, lei af nº 11326/2006, lei de ater 12.188/2010 e ANATER, as quais estabelecem parâmetros e mecanismos para garantir recursos públicos orçamentários e seu acesso, condicionados aos preceitos da legislação, bem como estimular a criação das políticas estaduais de ater e pesquisa;
2	Fortalecimento da ATER e Pesquisa pública oficial e estadual, com concursos públicos para o quadro efetivo, onde sejam observadas a multidisciplinaridade profissional, as especificidades regionais e a garantia no orçamento nas esferas públicas (federal e estadual), defendendo a qualificação profissional dos trabalhadores da assistência técnica, extensão rural e pesquisa, implementação de plano de cargos, salários e benefícios e condições de trabalho;
3	A FASER deverá estimular, incentivar às instituições oficiais de extensão rural e pesquisa pública oficial e estadual para oportunizar ambientes laborais e espaço de atendimento adequados, condições sanitárias, cumprimento das normas regulamentadoras do MTE e demais leis correlatas para que o trabalhador e trabalhadora desenvolva suas atividades com motivação e dignidade, e formação profissional continuada de forma a retomar o protagonismo da FASER;
4	Articular ações integradas entre os atores da pesquisa, extensão e ensino acadêmico, buscando o fortalecimento das atividades conjuntas entre a ATER e pesquisa pública oficial e estadual.
5	Que a FASER e suas afiliadas promovam ações coletivas junto aos parceiros/beneficiários dos serviços, buscando adesão ao processo de fortalecimento da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual como garantia de efetividade das políticas públicas e a consequente inclusão social e produtiva;
6	Que a FASER envie esforços/ações no sentido de articular estratégias com o governo federal e o congresso nacional para fortalecimento dos serviços de ATER e pesquisa pública oficial e estadual, criando o Sistema Único Nacional de ATER.
7	Que a FASER, juntamente com suas afiliadas, articule a criação de frentes parlamentares para defesa da ATER e pesquisa pública oficial e estadual e seus trabalhadores e trabalhadoras.
8	Que seja uma prática, em todo CONFASER, da coordenação colegiada executiva nacional, apresentar uma síntese das ações da FASER, durante a gestão.
9	Reivindicar junto aos governos de mais recursos continuados para garantir a prática de ater, com a criação de um fundo.

10	Propor maior intercâmbio de experiências entre extensionistas.
11	Articular junto aos parlamentares a elaboração de um projeto de lei garantindo recursos orçamentários para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.
12	Atuar em parceria com as organizações sociais na campanha permanente contra agrotóxicos e pela vida.
13	A FASER deve promover ações junto às entidades de ATER e Pesquisa pública oficial e estadual que fortaleça os trabalhos a valorização da função de ATER social na área de segurança e soberania alimentar na produção para o consumo familiar, promovendo a valorização da função extensionista social.

I.3- RESULTADOS DA ATER PÚBLICA NA ERRADICAÇÃO DA POBREZA, NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO CAMPO E NA SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR DAS CIDADES

A Ater e a Pesquisa Agrícola pública como instituições de Estado são fundamentais para a implementação de diversas políticas públicas voltadas para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no campo,

devendo a FASER lutar para reafirmar esse papel à sociedade e aos poderes públicos.

Facilitador: Prof. Wander Santos - IFES/Campus Vitória
 Coordenadora: Mirian Fuckner - AFA / Paraná

1	<p>1 - Ações de ATER na mediação com os diferentes entes federados</p> <p>1.1 intersetorialidade municipal nas ações do rural – articulação de políticas públicas.</p> <p>1.2 projetos negociados localmente de forma participativa.</p> <p>1.3 definição de orçamento – a FASER e entidades filiadas devem participar na construção e definição dos orçamentos nas diversas esferas federativas.</p> <p>1.4 aprimoramento do sistema de ATER visando a garantia de universalização da PNATER.</p> <p>1.5 criação de um fundo, estudos de forma de arrecadação de recursos (percentual do orçamento anual geral da união; recolhimento de alíquota x do ICMS da produção agropecuária já tributada e outras a tributar; percentual do FAT). Dotação orçamentária específica para a ATER e Pesquisa pública oficial e estadual.</p> <p>1.6 a FASER deverá definir grupo para acompanhamento de atividades parlamentares em Brasília e nos estados para monitoramento de iniciativa de projetos de lei e funcionamento de comissões das frentes parlamentares ligadas a ater, agricultura familiar e desenvolvimento rural.</p> <p>1.7 articulação da FASER com a ANATER visando fortalecer a ater pública oficial.</p>
2	<p>2. Ações de ATER na promoção da sustentabilidade e na promoção da cidadania</p> <p>2.1 reafirmar, divulgar para a sociedade e fortalecer o papel da ATER na promoção da cidadania e sustentabilidade com a promoção de políticas públicas que transformem a realidade e empoderem os agricultores familiares incluindo políticas para a juventude rural, fomento de projetos coletivos de geração de renda e inclusão produtiva.</p> <p>2.2 fomentar projetos de geração de renda em ações coletivas.</p> <p>2.3 ATER e políticas públicas que atendam as especificidades dos povos e comunidades tradicionais.</p> <p>2.4 divulgar os resultados dos trabalhos de assistência técnica e extensão rural (micro bacias, abastecimento de água e saneamento)</p> <p>2.5 fortalecimento e continuidade das políticas públicas estruturantes (PAA, PNAE, dentre outras) como instrumento dos resultados da ATER.</p> <p>2.6 formação em agroecologia para extensionistas da ATER e Pesquisa pública oficial e estadual.</p>

3	<p>3. Divulgação das ações da ATER</p> <p>3.1 sistematizar e publicar as experiências utilizando, também, as novas tecnologias de comunicação.</p> <p>3.2 termos referenciais de avaliação de resultados unificados, onde seja possível avaliar inclusive o resultado social da inversão econômica da relação valor investido x resultado obtido ou revertido para a sociedade.</p> <p>3.3 pesquisas pública oficial e estadual (agropecuárias e socioeconômicas) voltadas/aplicadas para o desenvolvimento da agricultura familiar.</p> <p>3.4 promover o diálogo entre pesquisa e extensão rural.</p>
4	<p>4. Praticar a PNATER - participação – público sujeito (agricultor e extensionista)</p> <p>4.1 divulgação e formação dos extensionistas nos princípios da PNATER</p> <p>4.2 garantir a interdisciplinaridade nas ações de extensão rural, através da contratação dos diferentes profissionais que atuam na área.</p>

GRUPO II

I.4- SUCESSÃO FAMILIAR PARA SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

A FASER deve empreender esforços no sentido de garantir políticas públicas que possibilitem oportunidades de trabalho e qualidade de vida aos jovens. Reconhece como exigência básica acessos a escolas onde se constroem competências, bem como, se ofereça infraestruturas e

acesso à terra para que os jovens possam exercer sua cidadania.

Facilitador: Prof. Jorge Tavares - UFRPE/Grupo Assessor FASER

Coordenador: prof. Idalgizo José Monequi - MEPES/ES

POLÍTICAS E AÇÕES PARA FORTALECER A ATER E A PESQUISA AGRÍCOLA PÚBLICA GOVERNAMENTAL:	
1	Que a sucessão também considere e ocorra na ATER e na Pesquisa pública oficial e estadual, com recomposição do quadro, formação, condições de trabalho.
2	Incentivar a construção junto à família de planos de sucessão familiar.
3	Estabelecer diálogo com as bases para o fortalecimento de sindicatos, associações e a instituição em que atue e se engaje em lutas coletivas.
4	Uso de novas linguagens virtuais, utilizando alternativas eletrônicas de comunicação, democratizando as informações.
5	Cobrar a valorização de trabalhadores da extensão ao poder público e atuar de forma articulada e plural na defesa da agricultura familiar e cidadania.
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUCESSÃO FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL INCLUSIVO, EM QUE O JOVEM É SUJEITO E CIDADÃO, QUE ENVOLVAM:	
6	Acesso à terra, renda, crédito rural, educação, informação, tecnologias em novas mídias, e que adote princípios de agroecologia e cidadania, que fortaleça a expansão da educação do campo, com alternância.
7	- Construção de novas tecnologias e inovações adequadas a agricultura familiar, para diminuir o esforço físico no campo.
8	- Que existam políticas públicas adequadas às juventudes e que as direções das empresas de ATER e Pesquisa pública oficial e estadual, ofereçam condições de implementação dessas políticas.
FASER	
1	A FASER e suas filiadas devem defender que as prioridades para o desenvolvimento brasileiro devem ser: educação, saúde, segurança e agricultura.
2	A FASER e suas filiadas devem divulgar as recomendações, ações e resultados do XIII CONFASER a partir de um plano de ação aprovado pelo Conselho Deliberativo da Federação.

GRUPO II

II.1- COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA PARA FORTALECER A INTEGRAÇÃO

A FASER e suas associadas necessitam desenvolver uma estratégia unificada e atual de comunicação corporativa voltada para os trabalhadores da extensão rural e pesquisa agrícola pública e para a sociedade.
Facilitador: Vera Lima Bolognini – Diretora da Eficaz Comunicação.

O QUE FAZER PARA TERMOS UMA COMUNICAÇÃO INTERNA MELHOR E MAIS EFICAZ COM A:	
1	<p>COMUNICAÇÃO INTERNA MEIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - cadastro efetivo e atualizado - listas de e-mails específicas - whatsapp (grupos específicos – listas de transmissão) - site - mala direta - telefone - sms - parceria com associações e outras entidades do sistema - visitas
2	<p>COMUNICAÇÃO EXTERNA: FERRAMENTAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - assessoria de imprensa com duas finalidades: comunicação institucional e comunicação para a sociedade. - cadastro efetivo e atualizado dos veículos de imprensa, por editoria. - planejamento de pautas que valorizem a produção de projetos da instituição. - alguns temas comuns: preservação hídrica, sustentabilidade, questões ambientais. - posicionamento político das entidades, com foco no institucional. <p>PRECISAMOS Nos fortalecer enquanto fonte e, com isso, também gerar reputação da nossa imagem institucional).</p>
3	<p>INTEGRAÇÃO SOCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - estreitar relacionamento com as associações e entidades afins. - ocupar espaço em segmentos estratégicos - processos de formação e capacitação interna
4	<p>INSTITUCIONALIZAR O USO DE APP's DE COMUNICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - como metodologia oficial da ação dos trabalhadores e trabalhadoras de ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual (aplicativos de internet).

PAINEL I

II.2- A FALÁCIA DA CRISE FISCAL E O DESMONTE DA ATER PÚBLICASINDICAL

A FASER entende que a propalada crise fiscal da união e estados tem sido utilizada pelos governantes para justificar o equívoco de retirada do estado de seu papel de indutor do desenvolvimento. Desta forma, lutará contra o desmonte do sistema público oficial estadual de ater e pesquisa agrícola, entendendo que este sistema é importante na promoção do desenvolvimento, através

de viabilização de acesso a distintas políticas públicas, que gera redução das desigualdades sociais no campo.

Facilitador (es): Carlos Alexandre Amorim Rocha - Consultor Legislativo Senado Federal

Prof. Arlindo Villaschi - UFES/ES

Coordenador: Marcus Peixoto / Grupo Assessor FASER

Coordenador: Ronaldo Aquino - SINTER/MG

O QUE FAZER PARA TERMOS UMA COMUNICAÇÃO INTERNA MELHOR E MAIS EFICAZ COM A:	
1	A FASER deve participar politicamente, já no primeiro semestre de 2019, dos debates e das audiências públicas sobre os projetos de PPA, LDO e LOA, nos âmbitos federal, estadual e municipal, junto aos poderes executivo (governo) e legislativo (parlamentares) a. A FASER deve elaborar documento orientador para as filiadas, sobre a importância das ações da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual no desenvolvimento rural, para ser encaminhado às autoridades eleitas.
2	A FASER deve lutar pela formulação e/ou implementação das leis estaduais de ATER e pesquisa públicas.
3	No âmbito federal, lutar pelo fortalecimento e autonomia da ANATER para que esta possa cumprir o seu papel institucional.
4	A FASER deve se posicionar contrária a processos de terceirização dos serviços de ater.
5	A FASER deve lutar pelo cumprimento do parágrafo único do art. 1º da lei nº 12.188/2010: “parágrafo único. Na destinação dos recursos financeiros da PNATER, será priorizado o apoio às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de assistência técnica e extensão rural - ATER. “
6	Os recursos distribuídos pela ANATER devem ser destinados somente a órgãos governamentais de ATER e Pesquisa pública oficial e estadual (demanda alteração da lei nº 12.188/2010).
7	Vinculação de recursos dos planos safra a financiamento da ATER e Pesquisa pública oficial e estadual (PLS 790/2015).
8	A FASER deve incentivar também o surgimento de candidatos que defendam a ATER e Pesquisa pública estadual oficial nos âmbitos executivo e legislativo.
9	Os recursos destinados à extensão rural devem ser expressos em percentual na lei da PNATER e definidas as suas fontes.
10	A FASER deve desenvolver em parceria com as demais entidades representativas dos agricultores familiares e dos trabalhadores rurais, ação para buscar apoio na valorização do serviço público de ATER e Pesquisa pública oficial e estadual, e na obtenção dos recursos necessários para sustentabilidade desta política pública.

PAINEL II

II.4- MOVIMENTO SINDICAL DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA SUA SUSTENTABILIDADE

A FASER defende que deve priorizar o trabalho de base, as formações associativistas, sindicais e intersindicais, primar pela comunicação dialógica nas alianças com movimentos populares da sociedade, na perspectiva da revitalização do sindicalismo e retomada do processo de

ascensão das lutas sociais e de classes.

Facilitador (es): Prof. Nildo Ouriques - UFSC
 Elisangela Araújo - Secretaria Formação da CUT
 Coordenador: José Claudio Fidelis - SINTER-PARAÍBA

1	A FASER deve investir na formação de base sindical de forma continuada priorizando a participação dos jovens.
2	Formação de grupos de estudos na base com análise crítica sobre as temáticas de caráter regional, nacional e internacional.
3	Criação um sistema efetivo e ágil de informação e comunicação (plano de mídia), envolvendo a federação e suas filiadas. Usando as tecnologias disponíveis (comunicação externa e interna).
4	Integração com os movimentos sociais, visando à unidade do setor público nacional com vistas ao fortalecimento dos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e Pesquisa pública oficial e estadual (frente de defesa da extensão rural).
5	Criação de espaços conjuntos de negociação, formação e articulação voltadas a temática da extensão rural e pesquisa pública oficial e estadual.
6	Desafio: a FASER e suas filiadas devem buscar meios para garantir o suporte financeiro a continuidade do movimento sindical.

PAINEL III

II.3- AS “REFORMAS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS” E SEUS IMPACTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO SINDICAL, QUALIDADE DE VIDA E DO TRABALHO

A FASER luta por um movimento sindical de enfrentamento e resistência ao desmonte da constituição brasileira e dos tratados de defesa e garantia dos direitos do trabalhador dos quais o Brasil é signatário.

Facilitador (es): Maria Ilca Fernandes Siqueira - Assessora Jurídica do SINTER-MG
 Coordenador: Adailton de Melo - SINTAPE/PERNAMBUCO

1	Campanha para agregar as forças plurais, com estratégia própria para os enfrentamentos da reforma previdenciária e trabalhista;
2	A FASER deve fazer gestão junto ao Congresso Nacional para defesa de seus posicionamentos com relação as reformas trabalhistas e previdenciárias e orientar as filiadas a ter esta mesma ação política junto as assembleias legislativas;
3	A FASER deve orientar as filiadas em uma campanha de filiação e sindicalização visando o fortalecimento e mostrando a importância dos sindicatos e associações;
4	Desenvolver campanha de divulgação com informativos relacionados às reformas da previdência e trabalhista visando orientar suas filiadas no embate;
5	Estabelecer estratégia de luta em curto prazo e propaganda contra a reforma da previdência
6	Defesa de um modelo de regime previdenciário único, tendo em vista as distorções que beneficiam poucos em detrimentos de muitos.

PAINEL IV

II.4- DESAFIOS DA FORMAÇÃO SINDICAL, POLÍTICA E EXTENSIONISTA LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO AS CARACTERÍSTICAS DE GÊNERO E GERAÇÃO

A FASER entende da necessidade de repensar o modelo brasileiro de desenvolvimento, onde se privilegie o trabalho e assim oferecer formação que possibilite ao afiliado realizar análises de conjuntura fundamentada e também, que gere oportunidades de participação que garantam a equidade, na perspectiva de gênero e geração.

Facilitador (es): Emanuel José M. Sobrinho - Educador da Escola Sindical 7 de outubro (CUT/MG)
 Prof. Mauro Petersem Domingues - UFES
 Coordenador: Manoel Saraiva Marques - ASSER/SINTAPE-PE

1	Fomentar o fortalecimento das cooperativas e demais organizações rurais que atendam as especificidades de geração e gênero como forma de capacitação para a gestão das unidades produtivas e consequente sucessão familiar.
2	Propor a inserção da disciplina de organização social nos cursos de ciências agrárias (técnico e graduação).
3	Implementação do plano de formação sindical continuada com os trabalhadores e trabalhadoras da ATER e pesquisa pública oficial e estadual, coordenado pela FASER.
4	Implementação do plano de formação sindical continuada para os trabalhadores e trabalhadoras da ATER e pesquisa pública oficial e estadual coordenado pela FASER, com inserção de um programa de formação de pessoas (homens, mulheres, jovens) articulado diretamente com comunicação social (redes sociais, mídias, televisão, rádios, e outros meios)
5	Realizar campanhas de formação nos Estados, incluindo reuniões de pequenos grupos, bem como campanhas de sindicalização para enfrentamento da nova conjuntura sindical e dos novos dilemas sociais;
6	Criar novas redes de contatos e fortalecer as redes já existentes de interação entre os entes dos movimentos sindicais;
7	Levantar o perfil profissional dos servidores da extensão rural e pesquisa pública oficial e estadual, considerando questões de gênero e geração, bem como pesquisa de grau de satisfação institucional das afiliadas.
8	Fomentar junto as afiliadas a mudança na concepção da formação sindical como investimento prioritário e não como despesa.
9	Considerando que o quadro social das entidades associativas e sindicais está envelhecendo: Propõe-se que a FASER estimule e fomenta, em conjunto com suas afiliadas, trabalho de formação sobre a importância dos trabalhadores e trabalhadoras em extensão rural e pesquisa pública oficial e estadual em suas organizações associativas e sindicais, sensibilizando os que ainda não participam dessas formações.
10	Que a FASER e suas filiadas cumpram os estatutos no que tange a questão de gênero em suas coordenações e diretorias.
11	Que a FASER proponha que as ementas de disciplinas em cursos técnicos e superiores agrícolas contemplem temas associativos.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A vida não esta fácil.

Vivemos um momento de crise no movimento sindical, ao mesmo tempo em que o mundo passa por profundas mudanças que se manifestam em uma constante busca que imprime pressões sociais, políticas, econômicas e ambientais, questionando conceitos e paradigmas. Estamos em um momento de profundas transformações e de micro revoluções que se agigantam em sua complexidade regional, estadual e no país.

Vivemos uma nova época em pleno Século XXI. E cada época trás todo o seu conceito, visão e entendimento do que é moderno e ultrapassado. Na década de 50 o moderno era o sistema industrial e o atrasado era o sistema agrícola. E hoje? Qual sistema moderno e atrasado esta época nos trás? A diminuição do Estado e do setor público e moderno ou atrasado? Será moderna uma época em se que nega e não se importa com a ética e a moral que deve nortear a sociedade e a política constituída, formada e decidida por esta mesma sociedade?

Na década de 70 todos os estudos apontavam no sentido de que o moderno era adotar o modelo de estatização para atender e servir ao modelo industrial. Nesta década vivemos um momento em que estes mesmos estudos apontam na direção da necessidade da privatização. Estamos vivendo um momento onde se diz que os valores e talentos humanos do Estado (servidores e servidoras públicos) não têm a capacidade para solução dos problemas. Será esta fala verdadeira e moderna?

Por isso, nos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual do Brasil não podemos, e não vamos ficar olhando só uma arvore e se esquecendo de toda floresta e das interações, das relações, das transformações e das revoluções que acontece em cada espaço desta imensidão que é o Brasil.

O XIII CONFASER ocorre num momento em que enfrentamos a instabilidade política após o movimento eleitoral de 2018, onde ainda vivenciamos a intolerância e a divergência de opinião, aliado a um forte sentimento real da perda de direitos de homens e mulheres, das minorias, dos trabalhadores e trabalhadoras, onde se avizinha um futuro de duvidas e questionamentos sociais, de mercado, da segurança pública, da ordem jurídica, do amplo direito à cidadania e a democracia, da educação no campo e na cidade, dos direitos trabalhistas e previdenciários.

Duvidas e incertezas desta natureza geram uma forte influencia na sustentabilidade da sociedade, em

seu ambiente interno e externo, ameaçando a todos e todas, quando as taxas para crescimento da economia do Brasil se mostram extremamente baixas e insuficientes para projetarmos um país comprometido com a transformação necessária para termos justiça e igualdade social. Solidariedade.

A igualdade e justiça social Impõe-se ao gestor publico e aos legisladores colocar os interesses nacionais e as necessidades da sociedade acima dos individuais, até então presentes.

O que temos a temer? E que estes obstáculos não serão vencidos.

A chance deste projeto de vida e de felicidade ser vitorioso não pode ser somente em nome de “Deus, Pátria e Família”. Precisamos de um projeto de nação para todos e para todas, em que não há mais espaço para o clientelismo fisiológico habitual, para as diferenças sociais raciais religiosas de gênero e geração. Se este projeto que esta posto for vencedor, todo nosso otimismo será efetivamente obstaculizado.

Politicamente estamos vivendo dois cenários quando lançamos o olhar para o futuro que se avizinha para ATER e Pesquisa pública oficial e estatal e para agricultura familiar e camponesa do Brasil. Um otimista e outro, que não sendo pessimista, se torna desafiador no esforço de alcançarmos a satisfação pessoal, profissional e de desenvolvimento sustentável, quando e se os obstáculos forem eliminados.

Neste momento da realização do XIII CONFASER a ATER a Pesquisa pública oficial estadual e a Agricultura Familiar no Brasil sofrem mais um forte golpe. Mais um ato de negação de todo histórico de construção de políticas públicas para este segmento social produtivo e econômico, sinalizando de forma definitiva que a Agricultura Familiar será incorporada ao MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Uma natureza e condição política, administrativa, jurídica e gerencial que não representa a grandeza e a importância social, econômica e de educação informal, formação e qualificação para agricultores e agricultoras familiares e camponesas e suas formas de representação, com forte negação dos direitos trabalhistas e previdenciários dos seus trabalhadores e trabalhadoras.

Somente cada cidadão e cidadã, cada trabalhador e trabalhadora, que sentiu e sente na pele ou que tem um olhar da necessidade de políticas públicas de inclusão igualdade e de distribuição dos frutos gerados pelo seu trabalho pode se sensibilizar e se colocar verdadeiramente comprometido com um novo modelo de gestão publica

para a ATER e a Pesquisa pública oficial e estadual no Brasil.

Estamos caminhando por um cenário político que se encontra longe, muito longe deste compromisso público. Estabelece-se no âmbito federal um governo que ainda não se deu conta de que as pessoas estão libertas e que já não se alinha ações que estejam carregadas de práticas que retratam a velha política, rancorosa e opressiva.

Cada homem e cada mulher, cada jovem, cada uma das famílias lá da roça e da cidade repudia toda e qualquer forma de violência.

A FASER entende que o Brasil é para todos e todas. Cada Estado, cada município, cada comunidade é o local que acolhe multidão de mulheres e homens. De jovens, de crianças e de idosos. De uma rica diversidade cultural, etnias e necessidades. Esperanças, religiosidades e crença de que podemos ter um amanhã melhor.

Em pleno século XXI e diante de toda história de conquistas sociais, de inclusão, de justiça, de igualdade e de solidariedade que recentemente lutamos e conquistamos, não tem mais espaço para aqueles e aquelas que se julgam donos de tudo e de todos, para alimentar sua vaidade, sua soberba e ostentar um poder que não lhes é de direito. Este poder e do povo.

O corpo e a mente desta sociedade não lhes pertencem. É ilusão achar que somos propriedade privada da vontade daqueles e daquelas que se julgam nossos representantes políticos. Somos seres livres e libertos para vida.

Nós somos como a semente que quando jogada a terra ali fica por anos e anos, guardada. E ela não esquece a sua função, e a exerce quando chove: germina, cresce da flor e frutos. Cria a sua própria revolução, silenciosa, mas constante, diária. Produz sementes e alimento e retorna para ser novamente a certeza de um dia melhor para todos e todas.

Com esta certeza o XIII CONFASER em seu encerramento tem a certeza de que seu objetivo central foi alcançado, o de se contrapor a esta política de desmonte da ATER e da Pesquisa Pública oficial e estadual e para isto, propõe um conjunto de ideias, a partir da discussão de suas teses e painéis capaz de contribuir para o fortalecimento sindical e da gestão colegiada da FASER e de suas filiadas, que deve ser expresso por um plano de trabalho com projetos, ações, metas e resultados, conferindo a Federação sua distinção e expertise para este propósito que deve fomentar a ação dos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial

e estadual no sentido de se inserirem como os reais protagonistas desta ação política.

A Federação através de sua coordenação colegiada executiva nacional deve buscar a partir do seu protagonismo, inserção e interlocução constante na discussão de políticas públicas para ATER e Pesquisa pública oficial e estadual com a capacidade de potencializar a defesa dos direitos de todos e todas de sua categoria e fortalecer ações de formação e qualificação social e sindical, a partir de congressos, seminários locais e regionais e outras formas de formação e qualificação da base de suas filiadas.

Adotando esta estratégia e esta pratica a Federação se coloca como entidade sindical que rompe com os efeitos e feitos de impactos políticos e ações individuais que possam provocar prejuízos ao seu plano de trabalho, de representação sindical e no atendimento das necessidades de todos e todas que formam a base social de suas filiadas.

Tendo em vista esta essencialidade e a necessidade emergente diante do quadro político, o XIII CONFASER recomenda a coordenação colegiada executiva nacional, eleita neste congresso:

- 1- dar celeridade a execução de um Plano de Trabalho que busque promover os trabalhadores e trabalhadoras da ATER e da Pesquisa pública oficial e estadual reconhecendo-os enquanto cidadãos e cidadãs protagonistas capaz de fazer a necessária interferência para alcançar a distribuição das riquezas produzidas por eles e por suas entidades sindicais e associativas, como resposta de enfrentamento ao desmonte que o Estado esta propondo para ATER e para Pesquisa Pública oficial e estadual e para agricultura familiar no Brasil.
- 2- repudiar todas as falas e alinhamentos políticos³ que negam o histórico de luta dos trabalhadores e trabalhadoras da ATER e Pesquisa pública oficial e estadual por seus direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários no Brasil.
- 3- orientar a comissão organizadora do XIV CONFASER que oportunize espaço, de forma didática e prática maior tempo para apresentação dos trabalhos submetidos (escritos e em posters)
- 4- apresentar uma prestação de suas atividades administrativas, financeiras e de representação política ao plenário do Congresso, pratica esta que deve se estabelecer como uma rotina aprovada por este XIII CONFASER.

³Estas falas e posicionamentos não causam estranheza. Também não a entendemos como ingênua, pois os que dela usam não o são. Tem a intenção e o objetivo de negar a importância e a contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras e dos agricultores e das agriculturas familiares na produção de alimentos para abastecimento interno da sociedade brasileira (70% dos alimentos que vão pra mesa de todos e todas, três vezes ao dia, vem da agricultura familiar e da ação destes trabalhadores e

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

A vida não esta fácil.

A comissão organizadora crava nestes Anais do XIII CONFASER um agradecimento a todos e todas que dele participaram e dedicaram durante o ano de 2018 uma considerável parte de seu tempo, de sua vida pessoal, para que o XIII CONFASER pudesse ser realizado com alegria, profissionalismo e sobretudo com respeito a todos e todas e com sucesso. E assim o foi.

A coordenação colegiada executiva nacional responsável pela realização deste XIII CONFASER agradece também a todos e todas da Comissão Organizadora e aqueles e aquelas que saíram dos seus Estados, de suas casas. Deixaram família e amigos para mais uma vez participar e ser protagonista da discussão necessária para o fortalecimento da FASER enquanto entidade sindical.

E foi assim. Todos e todas deram um trato especial na vida e chegaram até aqui, por terra e ar. Ficamos juntos e sabíamos o que tínhamos pela frente, e não houve receio.

Nos tratamos com o melhor do nosso sorriso e do nosso olhar. E quando chegou a o início dos trabalhos não nos desesperamos, sabíamos que seria um grande trabalho, mesmo sem a sombra e água fresca de Guarapari. E novamente continuamos juntos, todos e todas.

Vivemos com firmeza nosso contraditório de opiniões e proposições e fomos vencedores no nosso propósito e objetivo, o de fortalecermos a FASER, nossa ação e organização sindical e associativa.

A “cara feia” fazia parte da construção. E assim continuamos, pois estávamos entre iguais, querendo o bem comum. Sempre prontos para ajudar e para o que der e vier.

E neste momento esta coordenação colegiada executiva nacional da FASER da um galope ao coração de cada um e de cada uma de vocês, que aqui estiveram no XIII CONFASER em Guarapari no Espírito Santo, para dizer muito, muito obrigado por acreditarmos uns nos outros.

Esta crença fortalece, anima e motiva nossa luta e o nosso caminhar.

Fica como lembrança e reflexão a seguinte mensagem do Papa Francisco:

“Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato. E não há um bom sindicato que não renasça todos os dias nas periferias, que não transforme as pedras descartadas da economia em pedras angulares”.

Grande abraço a todos e todas.

Certamente nos veremos novamente, em outros momentos com o mesmo objetivo: **SER FELIZ.**

Coordenação Colegiada Executiva Nacional
Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil

FASER

Registro

ANAIS - XIII CONFASER









ANAIS - XIII CONFASER





ANAIS - XIII CONFASER





